

MARIA DA GLÓRIA SILVA LEITE

**ANÁLISE DA SOCIALIZAÇÃO DOS VALORES
BÁSICOS HUMANOS VEICULADOS ENTRE ALUNOS E
PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA
MUNICIPAL**

Orientadora: Professora Dr^a Maria Stella Aguiar

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação**

**LISBOA
2015**

MARIA DA GLÓRIA SILVA LEITE

**ANÁLISE DA SOCIALIZAÇÃO DOS VALORES BÁSICOS
HUMANOS VEICULADOS ENTRE ALUNOS E PROFESSORES
EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL**

Dissertação defendida em Provas Públicas para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias com o despacho de nomeação de Júri nº 103/2016 com a seguinte composição:

Presidente:

Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa-ULHT

Arguente:

Professora Doutora Maria Neves Gonçalves-ULHT

Orientadora:

Professora Doutora Maria Stella Aguiar-ULHT

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
LISBOA
2015**

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai, minha fortaleza e meu refúgio, proporcionando-me vontade de aprender, buscar força e coragem, a fim de superar os desafios e as adversidades impostas pela vida, principalmente nas dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus filhos: Ana Paula, Alexandre, Laura e Octávio. Meus maiores incentivadores.

Ao professor Oscar Conceição, pelo meu despertar em uma educação pautada em valores humanos e a todos os professores que oportunizaram a janela que hoje vislumbro num horizonte superior, eivado pela confiança e ética aqui presentes.

Aos professores, gestores e supervisores da Escola, palco desta pesquisa, pelo apoio nos instrumentos mediadores da metodologia e em particular à professora Kátia Falcão Barbosa.

À orientadora Maria Stella Aguiar, por sua atenção, confiança e compromisso na condução deste trabalho. Mesmo à distância, confortou-me com palavras corajosas, motivando-me a seguir.

À professora Otaviana Maroja Jales responsável pelos primeiros passos deste estudo.

Em meio a tantas diferenças, somos todos iguais. Todos querem se sentir importante, todos choram, todos precisam de um abraço, todos buscam conforto, todos querem a felicidade e ainda assim todos, todos apontam e julgam.

Rogério Stankewski

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a veiculação dos valores básicos humanos entre professores e alunos do 6º ao 9º ano de escolaridade em uma escola pública municipal brasileira. É uma temática pertinente por se tratar de um fenômeno que há décadas vem sendo pesquisado, porém ainda não atingiu a dinâmica social dos indivíduos. Participaram 127 alunos e 8 professores que tiveram um desempenho relevante neste trabalho de investigação, tendo a escola como espaço privilegiado de atuação. O presente estudo centra-se num conjunto de 10 valores básicos ou primários, que representam necessidades humanas propostas pela Teoria Funcionalista dos Valores Humanos de Gouveia (2013) que procura compreender os valores adotados pelas pessoas e conhecer como eles interferem em suas vidas. Do ponto de vista metodológico, o efeito da intervenção educativa foi avaliado por um Questionário dos Valores Básicos (QVB), onde se solicitava a classificação de cada valor segundo uma escala de Likert de 3 níveis: (1) *Sem Importância* (2) *Menos Importante* (3) *Muito Importante*. Recorrendo-se a uma análise qualitativa dos resultados por categoria e nível de escolaridade, evidenciou-se que os itens valorativos selecionados pelos alunos participantes priorizam a convivência humana no âmbito educativo. Considerando, tanto a estrutura teórica quanto a avaliação dos valores tratados neste estudo, fazem-se necessárias novas abordagens metodológicas para a prevenção de conflitos interpessoais na escola.

Palavras-chave: Valores básicos humanos. Ensino básico. Interação professor- aluno.

ABSTRACT

This research aims to analyze the airing of basic human values among teachers and students between the 6th to the 9th year from a municipal public school. It is a relevant theme because it is a phenomenon that has been researched for decades, but has not yet reached the individual social dynamic. 127 students and 8 teachers participated and had a relevant performance in this research-actionstudy, having the school as their privileged space of action. The present study focuses on a set of 10basic or primary values, representing human needs proposed by the Functionalist Theory of human values of Gouveia (2013) which seeks to understand the values adopted by the people and how they interfere in their lives. From the methodological point of view, the effect of the intervention was evaluated by a questionnaire of Basic Values (QVB), where the subjects were asked to classify each value on a Likert scale of 3 levels: (1) *Not Important*; (2) *Least Important*; and(3) *Very Important*. A qualitative analysis of the results by category and by level of education showed that the itens selected by our students prioritizes human relationships in an educational setting. Considering both the theoretical framework as the evaluation of the values treated in this study, it is necessary new methodological approaches to the prevention of conflicts at school.

Keywords: Basic Human Values. Basic Education. Teacher-student Interaction.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos alunos por gênero, idade e nível escolar.....	60
Tabela 2. Frequência das respostas dos alunos do 6º ano de escolaridade por item e por nível de importância.....	66
Tabela 3. Frequência das respostas dos alunos do 7º ano de escolaridade por item e por nível de importância.....	67
Tabela 4. Frequência das respostas dos alunos do 8º ano de escolaridade por item e por nível de importância.....	68
Tabela 5. Frequência das respostas dos alunos do 9º ano de escolaridade por item e por nível de importância.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Frequência das respostas <i>Sem Importância</i> , por item e por nível de escolaridade.....	70
Gráfico 2. Frequência das respostas <i>Menos Importante</i> , por item e por nível de escolaridade.....	71
Gráfico 3. Frequência das respostas <i>Muito Importante</i> , por item e por nível de escolaridade.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Valores terminais e valores instrumentais.....	26
Quadro 2: Tipos motivacionais de valores (Schwartz, 1992 p.14).....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR – Brasil Rodovias

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PB – Paraíba

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PNAIC – Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

QVB – Questionário de Valores Básicos

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - A SOCIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	16
CAPÍTULO II - TEORIA UNIVERSAL DOS VALORES HUMANOS.....	22
2.1 Os Valores Humanos em Rokeach.....	25
2.2 Os Valores Humanos em Schwartz.....	28
2.3 Os Valores Humanos postulados na Teoria Funcionalista de Gouveia.....	31
CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO BRASILEIRA: OS NORMATIVOS LEGAIS.....	36
3.1 Constituição da República Federativa do Brasil.....	37
3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	39
3.3 Estatuto da Criança e do Adolescente.....	40
3.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	40
3.5 Parâmetros Curriculares Nacionais.....	42
CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA: ASPIRAÇÃO DE NOVOS VALORES.....	46
4.1 Educação: direito de todos e desenvolvimento humano.....	46
4.2 A Ética como formadora de valores humanos.....	48
4.3 Cidadania: novos paradigmas em educação.....	50
CAPÍTULO V - PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DE PESQUISA....	54
5.1 Problemática de Estudo.....	55

5.2 Objetivos de Estudo.....	57
5.3 Locus de estudo.....	58
5.3.1 O município.....	58
5.3.2 A Escola.....	59
5.4 Método.....	60
5.4.1 Participantes.....	60
5.4.2 Instrumentos e Procedimentos.....	61
CAPÍTULO VI - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	65
6.1 Apresentação e análise qualitativa dos resultados para a totalidade da amostra.....	65
6.2 Apresentação e análise qualitativa dos resultados por categoria e por nível escolar.....	70
CONCLUSÃO.....	73
BIBLIOGRAFIA.....	76
APÊNDICES.....	I
ANEXOS.....	VI

INTRODUÇÃO

O debate sobre a Socialização dos¹ valores básicos humanos veiculados entre alunos e professores no Ensino Fundamental não ecoa somente neste trabalho. É um chamado do nosso tempo histórico no sentido de superar questões que nos inquietam e promovem conflitos de toda natureza.

Esta questão contempla diferentes dimensões, sociais, culturais, familiares e, sobretudo educacionais. Esta matéria requer que estejamos conscientes e atentos às formas como estes valores se socializam e se adaptam às necessidades humanas.

A nossa exploração desta temática percorreu as condições sociais, educacionais e culturais de alunos e professores que têm influência na socialização e na veiculação dos valores básicos humanos no âmbito escolar.

Um problema foi por nós detectado, pois nos deparamos com a existência de conflitos interpessoais, de ausência do respeito mútuo, absentismo da solidariedade e baixa-autoestima dos alunos e professores, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem.

Confrontados com tais circunstâncias, o desafio era instalar no espaço escolar ações que possibilitassem a um grupo-alvo uma melhor convivência e interação social. Assim, foi nosso objetivo principal identificar um grupo de valores básicos humanos, como a Igualdade, a Afetividade, a Convivência, a Honestidade, a Responsabilidade, o Apoio Social, o Respeito, a Lealdade, a Obediência e a Cooperação, e analisar como estes valores são veiculados e socializados pelos alunos e professores do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal brasileira.

Estruturalmente, além desta introdução, os capítulos I, II, III e IV apresentam o enquadramento teórico do nosso estudo.

O capítulo I trata da socialização como processo de desenvolvimento humano, apresentando algumas definições que nos permitem ver a escola como espaço ideal para questionamentos, reflexões e estudos. Por sua vez, os estudos de Alves Pinto (2001) nos mostram que, independentemente da pertença a certo grupo, numa sociedade variada em termos de crenças, culturas e raças, os indivíduos constroem as suas identidades sociais e, como afirma Paro (2006), “é por meio da educação que os indivíduos se humanizam e herdam

¹Conjunto de qualidades que nos distinguem como seres humanos independentemente de credo, raça, condição social ou religião (Mesquita, 2003, p.21).

a cultura produzida pela humanidade, atualizando-a historicamente” (p. 59). Enfim, integrando outros estudiosos como Freire (2001), Amado (2002) ou Dayrell e Maroja (2007), podemos afirmar que a socialização é um processo onde o indivíduo se adapta às ideias e valores processados no coletivo.

O capítulo II versa sobre a Teoria Universal dos Valores Humanos, aqui representada por Rokeach (1973), cujo quadro de valores Instrumentais e Terminais considerados como preditores de atitudes e de comportamentos e fundamentais para a compreensão da convivência em grupo, contribui para a sua aplicabilidade na área da educação; por Schwartz (1992), que nos permite compreender melhor a relação entre atitudes e comportamentos associados a interesses coletivos; e por Gouveia (2003; Gouveia *et al.*, 2008a) cuja Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, compreendida como um empreendimento heurístico, trata dos tipos de valores humanos que podem influenciar educadores e trabalhadores sociais.

Um breve histórico do ponto de vista axiológico sobre a Educação brasileira ganha destaque no capítulo III. Mais precisamente, invocamos a Constituição Federativa do Brasil (1988), que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que delineia os direitos humanos básicos, defendendo a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhecendo que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta; o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), que nos desafia a ampliar a noção de educação escolar hoje em voga, o que informa o debate sobre indicadores de qualidade do ensino e a necessidade de dar voz aos mais diferentes atores do processo educacional; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBDEN (1996) que rege atualmente a educação brasileira, como modelo educacional condizente com a realidade do país. Ainda neste capítulo, ressaltamos os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), que visam assegurar uma educação continuada, um planejamento sistemático para os educandos do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano de escolaridade, visualizando a educação como algo que os envolva no meio social, político e histórico.

No capítulo IV abordamos as noções de ética e de cidadania, como aspiração de novos valores, conjugando a formação de atitudes a uma nova ética e uma nova moral que vêm sendo reconstruídas no interior da escola pública municipal.

Os capítulos V e VI apresentam o estudo empírico começando por enunciar os objetivos e hipóteses de estudo elaborados com base nos aspectos teóricos apresentados nos capítulos da primeira parte.

O capítulo V apresenta à problemática e a metodologia da pesquisa e, designadamente, a grelha de dezoito itens valorativos propostos nos estudos de Gouveia (2008) que serviram de base para a seleção de dez itens valorativos e para a elaboração de um Questionário dos Valores Básicos (QVB) destinado a analisar a socialização e a veiculação dos valores básicos humanos entre professores e alunos do Ensino Fundamental II em uma escola pública municipal.

No capítulo VI procedemos à apresentação e análise descritiva dos resultados obtidos através do referido Questionário dos Valores Básicos (QVB).

Apoiando-se na Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, no último capítulo foram discutidos os resultados obtidos e propostas algumas conclusões deste estudo em função destes resultados, resgatando sua relação dos mesmos com a literatura supracitada.

Em síntese, consideramos que os valores humanos não devem ser encarados como um código de conduta imposto de fora para dentro, mas um fio condutor que desperta visões renovadoras de virtudes e capacidade de discernimento dos sujeitos em fases mais adiantadas da vida.

CAPÍTULO I - A SOCIALIZAÇÃO COMO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para definir socialização começamos por invocar os estudos de Augusto Comte (1798-1857) tradicionalmente considerado o pai da Sociologia. Em relação ao envolvimento entre indivíduo e sociedade, na sua contribuição fundamental considera que a humanidade só alcançaria plenitude intelectual ao chegar ao estágio positivo, que pressupõe a admissão das limitações do entendimento humano. Para ele, a razão não é capaz de operar a não ser pela via da experiência concreta. Todo esforço da ciência e da filosofia deveria restringir-se, portanto, a encontrar as leis que regem os fenômenos observáveis.

Emile Durkheim (1858-1917) define a socialização como um conjunto de processos de integração do indivíduo nos grupos sociais. Portanto, através dos fatos sociais, Durkheim procurava mostrar que a sociedade não é formada pelas partes, mas sim por um todo, e que só conseguiremos entendê-la se a observarmos nesse seu todo. Considerava que a socialização levava o indivíduo ao caminho da moralidade pela incorporação dos valores sociais. Nestes termos a socialização tem início após o nascimento do indivíduo, continuando na família e com outros agentes socializadores como a escola, os meios de comunicação, que levam o indivíduo a adquirir hábitos e os seus valores característicos e, aos poucos, a construir a sua personalidade, sendo admitido no grupo e fazendo parte do todo social.

Norbert Elias (1897-1990), deixando claro a que ponto uma pessoa é influenciada no seu desenvolvimento pelo processo social, defende a ideia que os seres humanos se ligam uns aos outros numa sociedade. Assim sendo, nessa constante interação com o meio social, o indivíduo vai internalizando crenças e valores, construindo padrões de comportamentos próprios e adaptados à interação em cada grupo.

Por sua vez, Alves Pinto (2001, p.22),

Caracteriza a socialização como sendo a participação progressiva da pessoa no “jogo de trocas” complexas que fazem a sociedade existir e, particularmente nos sistemas de interação de que a pessoa participa, permitindo a apropriação pelo indivíduo dos modos de pensar, de estar e também de saber agir no grupo onde está inserido. Com efeito, os membros de qualquer grupo social esperam determinadas atitudes e comportamentos dos que nele são admitidos, para que possam assumir sem roturas determinadas posições inerentes ao estatuto que lhe é atribuído.

Segundo este pensamento, se a socialização faz com que a pessoa adquira as normas definidoras dos critérios morais e éticos, segundo os padrões da sociedade em que está

inserida, a educação não se deve limitar à procura de uma simples oportunidade para essa inserção social.

Assim, ao longo deste processo de desenvolvimento humano, o indivíduo participa de inúmeros grupos sociais. No decurso destas relações e interações, as pessoas constroem-se no contato com outras, dando sentido ao mundo, representando a realidade, construindo-se e reconstruindo-se através da comunicação, dos fenômenos psíquicos e sociais, e assumindo um papel central na sociedade pela sua interação social.

A socialização pode então ser entendida como um processo, não só de interiorização, mas de internalização, de apropriação pelo indivíduo das normas sociais que organizam uma dada comunidade. Neste sentido, o indivíduo impõe a si mesmo as regras sociais, pois elas fazem sentido para a sua convivência em grupo.

A socialização como processo de construção de identidade caracteriza-se essencialmente pela forma como os indivíduos se vêem num determinado modelo social, assumindo pessoalmente as atitudes do grupo, consolidando e determinando suas escolhas, moldando a sua própria personalidade. Portanto, a socialização é também concebida como um processo de construção e valoração da auto-imagem, pois o indivíduo busca sempre o reconhecimento do grupo social no qual está inserido, tornando-se assim um processo de construção de identidade, na medida em que o indivíduo assume pessoalmente as atitudes do grupo, sem se aperceber que elas guiam as suas próprias condutas e, globalmente, as condutas dos seres humanos.

Como ferramenta de formação da personalidade, a socialização pode variar de acordo com o ambiente ou o tempo, segundo a faixa etária e o tipo de educação formal ou informal dos sujeitos, moldando-se às regras deste universo cultural, proporcionando igualmente o bem-estar comum à sociedade. Realizando-se emocionalmente, o indivíduo aprende a conter a sua extroversão e as suas condutas antissociais.

O processo de interação, que promove o desenvolvimento pessoal e social que ocorre no mundo atual em ritmo acelerado, atinge todas as camadas sociais, seja no contexto familiar ou educacional. Com efeito, interligadas, a socialização e a aprendizagem pressupõem a interiorização de determinadas reações ou a aquisição de automatismos de comportamentos variados. Aprendemos desde cedo os valores e as regras sociais considerados corretos e os modelos culturais do grupo do qual fazemos parte.

Ora, a reprodução dos comportamentos dos agentes socializadores é internalizada por meio da *imitação*, numa tentativa de integração nas situações sociais do cotidiano, enquanto

pelo processo de *identificação* se interiorizam os comportamentos associados ao gênero, masculino ou feminino, que influenciam as formas de agir, de pensar ou de sentir.

Dayrell (2007, p.1110), num Simpósio Internacional, salienta que estes processos de imitação e identificação marcam particularmente a socialização e o universo cultural dos jovens adolescentes:

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, educadores ou patrões, mas sempre tendo como referência culturas juvenis que lhes dão uma identidade como jovens. Estas culturas, como expressões simbólicas da sua condição, manifestam-se na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas. Jovens ostentam os seus corpos e, neles, as roupas, as tatuagens, os piercings, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado. Ganha relevância também a ostentação dos aparelhos eletrônicos, principalmente o mp3 e o celular, cujo impacto no cotidiano juvenil precisa ser mais pesquisado.

Pode argumentar-se que as relações entre os adolescentes são identificáveis. Adotam diferentes estratégias de comunicação adaptando as ações do cotidiano às suas necessidades imediatistas. Agem informalmente, considerando a diversidade das oportunidades de aprendizagem de forma gradual e enfrentando as tarefas educacionais que lhes são impostas. Os adolescentes fazem parte de um mundo ainda desconhecido, até mesmo pela própria família.

Geralmente os jovens pesquisados apresentam características comuns quanto ao meio familiar e escolar. Residem na mesma comunidade e têm uma relação parental (primos), o que permite a transformação e a reconstrução da tradição, dos hábitos, crenças e costumes no espaço deste grupo social.

A base cultural na qual se processa a socialização destes jovens adolescentes desempenha um papel importante na sua aprendizagem cognitiva e afetiva, acarretando problemas interpessoais no sentido em que os sistemas de valores expressam diferentes ideias de vida, resultando em interações sociais conflituosas. Todavia, questionam-se como os valores sociais, éticos e morais se distribuem num determinado universo social e como esses valores interferem nos modos de convivência desta população.

Desta forma, os jovens confrontam seus próprios valores, ainda em formação, com os valores do mundo dos adultos, numa tentativa de encontrarem os seus próprios caminhos e as suas “autonomias”, visto que os valores são relativos a determinados grupos, mas há valores e

direitos tais como a vida e a liberdade que não são relativos, que devem ser protegidos em qualquer sociedade, seja qual for a opinião da maioria e embora se respeitem os direitos das minorias. Com efeito, a base de toda a construção cidadã capta os aspectos que são manifestados numa sociedade democrática e, por isso, Paro (2006, p.57):

Considera fundamentais os processos de mudança que contribuam para a constituição de sujeitos capazes de criticar o mundo em que vivem e de agir no sentido de transformação da realidade. Práticas que favoreçam a formação de atitudes democráticas, engendrando nos sujeitos as capacidades de refletir, discutir, buscar informações e participar politicamente e socialmente do modelo democrático vigente.

Assim, nas suas ações cotidianas os sujeitos reconstituem os elementos disponíveis no ambiente, integrando-se numa rede de relações interpessoais, observando conceitos de opinião, de atitude e de imagem sobre o real, embora cada indivíduo responda de forma específica a uma dada necessidade cognitiva. Neste sentido, Maroja (1998, p.90) afirma que:

Não podem existir fenômenos que se passem no campo do psiquismo sem que estes fenômenos não aconteçam também no terreno social. É a dialética da vida, na busca incessante em descobrir no individual a marca do social e neste recuperar as impressões e as contribuições do singular. Estes fenômenos estão presentes não apenas na conversação do homem comum, no discurso do saber popular, mas na fala erudita, na elaboração das religiões, das ciências, da política, da ideologia, da economia e muito além.

A relação entre o sujeito individual e os fenômenos sociais é, portanto de constituição mútua, pois os elementos desta composição não são exteriores um ao outro, mas a determinação de um sobre o outro não é direta, representa a expressão de experiências subjetivas dentro de um determinado campo de valores.

Segundo Dubar (1997, p.30),

No meio escolar, a criança relaciona-se com muitas pessoas, com diferentes graus de conhecimento, com as quais estabelece relações diversas, sendo, além disso, um âmbito que, em si mesmo, constitui um sistema social, com normas e funcionamento estranhos à criança, mas nos quais esta é mergulhada e deve ir compreendendo, até porque a socialização é um processo interativo com muitas escolhas.

O objetivo maior da socialização dos sujeitos está, portanto, no compromisso com os aspectos afetivos, cognitivos, culturais e sociais construídos através da interação dialógica e pela qual os sujeitos adquirem ou aprimoram a sua consciência da realidade.

Freire (2001, p.109) considera o diálogo:

Uma exigência existencial, pois se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depósito de ideias de um sujeito no outro nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Ora, o relacionamento interpessoal existe desde a criação do primeiro par humano e vem-se repetindo e perpetuando sempre que se instala entre duas pessoas uma relação de proximidade e intimidade, ou seja, uma relação na qual as partes transferem entre si todo um mundo de expectativas e de sentimentos já vivenciados anteriormente com figuras que lhes foram significativas.

Em síntese, a nossa vida cotidiana é constantemente marcada pela relação com outros indivíduos, pelas regras e convenções, pela linguagem e os hábitos que com eles partilhamos e por expectativas que reciprocamente alimentamos e que regulam o nosso comportamento diversificado.

Nesta relação social, Alves Pinto (1995, p.118) focaliza as:

Vivências feitas de conhecimentos, emoções, afetos, regras e valores ocorridos na família, na escola e nos grupos sociais contribuindo para dar ao sujeito uma percepção subjetiva da sua condição de membro dos grupos, da sua capacidade de saber intervir, integrando-se na sociedade de que é membro. São etapas de socialização e de maturação do ser humano, que só podem ser compreendidas em referência ao seu contexto social em que são vividas.

E nesta relação social, Amado (2002, p.108) salienta mais especificamente “a importância da convivência no grupo, onde principalmente o adolescente partilha a vida social, cultural, escolar de forma aleatória, ao mesmo tempo em que está submetido à autoridade dos adultos que estão encarregados do ensino e da disciplina”.

Assim sendo, à medida que o sujeito for se socializando, e qualquer que seja a modalidade educativa, busca perceber e apropriar-se de um sistema de valores, numa reconstrução de acertos e de erros.

CAPÍTULO II - TEORIA UNIVERSAL DOS VALORES HUMANOS

De acordo com Gouveia e Ros (org.) (2006, p.24), o estudo dos valores no âmbito da conceptualização da psicologia social tem as suas raízes em 1918–1920, na obra de William Thomas e Florian Znaniecki intitulada “The Polish Peasant”. Utilizando o conteúdo de documentos pertencentes a imigrantes poloneses nos Estados Unidos no início do século XX. Os autores comparam aspectos étnicos e culturais desse grupo imigratório com a cultura e as normas sociais do grupo americano. Neste estudo, Thomas e Znaniecki partem da premissa básica que cada ação social, tanto individualmente quanto em grupo é resultado da forma como um grupo social lida com as circunstâncias externas do seu meio, regulada pelas normas vigentes e combinadas com as suas próprias expectativas pessoais, o que determina a atividade real ou possível do indivíduo no mundo social.

A partir da década de 50 começaram a expandir-se os estudos dos valores dentro da Sociologia e Antropologia. O impulso ora dado por este tema desenvolveu-se possivelmente em virtude da responsabilidade que os estudiosos assumiram de tentarem compreender a crise moral em que o homem se insere. Tal crise se estabelece sempre que o ser humano tem que fazer escolha entre diversas orientações de ações opostas.

Desde então, os valores humanos têm sido objeto de investigação em diversas áreas no âmbito das ciências sociais, como uma tentativa de se compreender e explicar o fenómeno humano, tanto na sua dimensão individual, quanto na sua dimensão coletiva. Com efeito, a axiologia ou filosofia dos valores desenvolveu-se de forma consistente na segunda metade do século XIX, enquanto estudiosos da antropologia e sociologia discutiram o tema já no início do século XX. Contudo, é na psicologia social que se encontram grande número dos estudos mais recentes, inclusive transculturais, sobre esta temática.

Assim sendo, podemos conceptualizar valores humanos como qualidades ou significações que o ser humano atribui à realidade por meio de impressões e juízos associados a uma consciência valorativa ou de avaliação.

Segundo Silva (1995, p.21):

Este processo de valoração representa como sinônimo de experiência, atividade ou relação axiológica que indica a vivência humana dos valores. São características principais da valoração: experiência concreta, vivida pelos sujeitos, antecedente ao próprio ato reflexivo e à tomada de consciência dos valores; sendo uma experiência axiológica inacabada, no sentido de que não acaba com a descoberta dos valores, mas sim desencadeia uma abertura para novas ações e criações atributivas de valores. Expressando sempre uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade. Esta filosofia de vida, concepção do homem e da sociedade devem ser comunicados ao recém-nascido desde a tenra idade objetivando capacitá-lo para sobreviver como pessoa e viver no seio de uma comunidade familiar, local, nacional e planetária.

Desta forma, acreditando na capacidade humana de operar transformações significativas em si e no mundo circundante, ressaltando a necessidade de que *o ser, o valer e o refletir* sejam vividos como movimento integrado nas propostas pedagógicas das instituições escolares descreve-se o cenário da educação, destacando a família e a escola como agentes que devem tornar claros os seus valores positivos.

A partir de tais perspectivas, podemos elencar os valores básicos humanos consignados na Constituição Brasileira, designadamente no sentido de cooperação, justiça, solidariedade, respeito pela diversidade, honestidade, troca de saber, sensibilidade para com o empobrecido, consciência e compromisso com a vida e com o ecossistema, formação para a cidadania, conhecimento investigativo e sustentabilidade, compreendendo os atos das pessoas enquanto sujeitos históricos e sociais.

Para outras perspectivas teóricas, os valores são determinados por culturas particulares e relativos a acertos em momentos históricos, variando, portanto, de acordo com cada sociedade e período da sua existência.

Neste sentido, C. R. Bastos e I. G. Martins (1988, pp.12-15) afirmam que:

Falar de valores humanos significa, sobretudo, destacar do homem, a capacidade de produtor da realidade construída a partir de uma consciência do que valoriza e transmite, realiza e transforma. Tem sido esta a história da evolução humana desde o seu aparecimento no planeta Terra. Pela sua especial inteligência em relação aos outros animais, a sua mente ocupou-se também na construção de princípios que lhe permitissem estabelecer uma distinção entre o bem e o mal, até mesmo como forma de estabelecer um caminho para a busca do seu ideal de realização da felicidade. Essa consciência, menos clara nos primeiros homens, mas já detectada na pré-história, foi evoluindo na medida em que se torna capaz de acumular conhecimento e descobrir uma realidade valorativa.

Assim sendo, os valores humanos são estudados em diferentes horizontes, diferem de sociedade para sociedade. Numa mesma sociedade, valores diferentes fundamentam interesses diversos. Portanto, os valores para o espaço escolar implicam enfrentar o desafio de instalar no processo de ensino e de aprendizagem uma constante atitude crítica de reconhecimento dos limites e possibilidades dos sujeitos das circunstâncias das ações e das relações entre os valores e regras que os norteiam. No contexto escolar, estes valores não são apenas referenciados em áreas distintas como a filosofia, antropologia, sociologia ou psicologia. Eles estão e regulam, de fato, todo o contexto educativo.

Salvador (2000, p.323), na sua abordagem, acredita que os valores “orientam o trabalho educativo e marcam a direção em que é preciso progredir e por essa razão, aparecem nos objetivos de qualquer etapa da educação escolar. Exemplifica, invocando valores que considera positivos e que podem ser inseridos nos objetivos da educação fundamental, tais como: autonomia, iniciativa, higiene, solidariedade, cooperação, responsabilidade, sensibilidade, tolerância, convivência, respeito e identidade pessoal e nacional. Mas, não basta enumerar. É necessário justificar a sua presença e princípios mais abstratos como verdade, justiça, bondade, beleza”.

Segundo uma das definições mais aceitas na Educação, proposta pelo biólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), “valores são investimentos afetivos”. Isso quer dizer que, apesar de se apoiarem em conceitos, os valores estão ligados a emoções, tanto positivas quanto negativas.

Vive-se um período de transição de valores que influencia diretamente a educação, pois respeita a aprendizagem e o desenvolvimento dos seres humanos. Atendendo a essa realidade precisamos desconstruir uma educação que conduza para a paz, para a formação de valores pessoais e sociais. Nesse sentido, há que enfatizar a formação de respeito pela dignidade humana, frente a uma sociedade marcada por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação do direito de todos, pela não aceitação das diferenças.

Neste sentido, Paulo Freire (1987, p.14) considera que:

Os valores humanos são a questão chave para a boa convivência humana. Animar e estimular a prática dos ideais elevados é o melhor legado que podemos oferecer aos que serão os protagonistas do desenvolvimento do próximo século. Esta aspiração implica na preparação de educadores e pais para as dificuldades que advém de uma sociedade competitiva e de apelos consumistas como a nossa. Os valores humanos são fundamentos morais e espirituais da consciência humana.

Nesta perspectiva, a hipótese fundamental é que a Educação em Valores Básicos Humanos constitua a estratégia mais decisiva e possível para a aquisição de conhecimento e para a formação e emancipação humana. Com efeito, os impactos das múltiplas mudanças que ocorrem na atualidade envolvem toda a sociedade e geram contradições que exigem profundas reflexões sobre o mundo globalizado alterando os paradigmas de referência das ações sociais. A cultura de uma sociedade é única e definida pelo conjunto de crenças, ideias e valores que compõem a identidade de cada realidade social, considerando as variações individuais quanto à posse de objetos, o domínio e utilização de símbolos ou tecnologias que representam o conteúdo cultural vivido.

Numa tentativa de assinalar a dimensão de realização histórica da humanidade Morin (2002, p.92),

Descreve que temos visto com frequência, infelizmente, que o possível se torna impossível e podemos presumir que as mais ricas possibilidades humanas permanecem ainda impossíveis de se realizar, vimos também que o inesperado torna-se possível e se realiza; vimos com frequência que o impossível se realiza mais que o provável; saibamos, então, esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável.

Compreende-se, assim, que os valores humanos são ingredientes básicos de uma cultura que mudam em conformidade com a idiossincrasia política do Estado ou da sociedade que os produzem. A convivência entre as pessoas de culturas diferentes torna-se condição primordial para um clima saudável de aprendizagem. Esse desafio constitui uma oportunidade para educar num clima multicultural, na perspectiva de um pluralismo positivo, orientado para a cultura da paz. Assim, é necessário enfatizar a importância de bons exemplos na sociedade, pois a transmissão de importantes valores humanos está na base de um futuro mais pacífico e sustentável.

2.1 Os Valores Humanos em Rokeach

O estudo de valores tem sido apontado como fundamental para a compreensão da cultura. No âmbito da psicologia social, o estudo de valores teve início com Rokeach (1973) que atribui aos valores uma dimensão central, considerando-os unificadores dos interesses aparentemente diversos de todas as ciências envolvidas com o comportamento humano.

Para Rokeach (1973, p.5) “um valor é uma crença duradoura em que um modo específico de conduta ou de existência é pessoal ou socialmente preferível a um modo de conduta ou estado-final de existência oposto ou inverso”. Afirma ainda, que os valores são

poucos e gerais (o mesmo valor pode ativar comportamentos e julgamentos em várias situações) e transcendem as situações específicas, dando procedimentos de conduta para se atingirem determinados objetivos almejados.

Suas pesquisas (1973, p.3) partiram de cinco pressupostos básicos: (1) o número de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; (2) independentemente da cultura na qual estejam inseridas, as pessoas possuem os mesmos valores, diferenciando-se apenas o grau de importância atribuído a cada um deles; (3) são organizados em sistemas de valores; (4) os antecedentes dos valores pessoais podem ser determinados pela cultura, pela sociedade e por suas instituições, além da própria personalidade dos indivíduos; e (5) os valores manifestam-se em situações dignas de serem estudados e entendidos pelos cientistas sociais.

Rokeach (1973, p.09) distinguiu tipos de valores conforme os interesses ou tipos de metas a que servem: os *Valores Instrumentais*, determinando os modos de conduta, meios que as pessoas utilizam para alcançar algo desejado e os *Valores Terminais*, centrados no indivíduo e na sociedade.

Esta classificação determinou a descoberta dos valores terminais e valores instrumentais listados no quadro a seguir. Sua proposta de medida avalia os valores em grau de importância, como princípios guias das vidas dos sujeitos, primando por elementos consensuais, sendo expressos por um conjunto de crenças relativas a fins desejáveis ou a formas de comportamentos que transcendem situações específicas, guiando as ações humanas e sendo ordenados por sua importância com relação a outros valores.

QUADRO 1: VALORES TERMINAIS E VALORES INSTRUMENTAIS

Valores Terminais	Valores Instrumentais
Amizade Verdadeira	Ser Alegre
Amor Maduro	Ser Ambicioso
Autorrespeito	Ser Amoroso
Felicidade	Ser Autocontrolado
Harmonia Interior	Ser Capaz
Igualdade	Ser Corajoso
Liberdade	Ser Educado
Prazer	Ser Honesto
Reconhecimento Social	Ser Imaginativo
Sabedoria	Ser Independente

Segurança Familiar	Ser Intelectual
Segurança Nacional	Ser Limpo
Sentimento de Realização	Ser Lógico
Vida Confortável	Ser Magnânimo
Vida Excitante	Ser aberto de espírito
	Ser Obediente
	Ser Prestativo
	Ser Responsável

Fonte: Rokeach (1973, p.28) Tradução livre.

De acordo com esta perspectiva, a função imediata dos valores é servir como um modelo, o qual orientará o comportamento do indivíduo de várias formas e sob diversas condições. Portanto, os sistemas de valores são utilizados como modelo padrão para a resolução de conflitos e tomadas de decisões.

Segundo Rokeach (1973, p.9)

Os valores também podem ser divididos em: cognitivos, afetivos e comportamentais. No plano cognitivo encontra-se a percepção, as informações e o conhecimento que o indivíduo tem dos modos de conduta e dos estados de existência desejável. No plano afetivo compreendem-se as emoções e os sentimentos que estão vinculados ao sistema de crenças do indivíduo, provocando reações que sejam a favor ou contra aos comportamentos coerentes ou incoerentes com o sistema de crenças. Quanto ao plano comportamental, este manifesta a disposição de escolher quais as melhores formas de agir em detrimento de outras.

Conclui-se, portanto, que o sistema de valores de uma pessoa influencia, na base, todo o seu comportamento social e que esses valores foram estruturados no contexto sociocultural em que a pessoa foi criada durante a formação de sua personalidade. Toda pessoa tem o seu sistema interno de valores para guiar as suas decisões cotidianas e para regular o seu convívio social.

2.2 Os Valores Humanos em Schwartz

Schwartz é atualmente, o autor mais citado e o de maior destaque na psicologia dos valores humanos. Nos seus trabalhos, este autor foi bastante influenciado pela obra de Rokeach.

Schwartz (1992, p.21) começa, pois, por trabalhar especificamente na classificação dos conteúdos dos valores, definindo valor como “uma meta trans-situacional desejável, variando em importância, que serve como princípio que guia a vida de uma pessoa ou outra entidade social”.

Quando pensamos sobre os nossos valores, pensamos no que é importante para nós na vida. Cada pessoa possui numerosos valores (por exemplo: realização, segurança, benevolência) aos quais atribui variados graus de importância, podendo certo valor ser muito importante para uma pessoa e não o ser ou ser menos importante para outra pessoa.

A teoria de Schwartz (1992) propõe uma concepção de valores marcados por seis características principais. Em primeiro lugar, os valores são crenças que estão intimamente ligadas ao afeto, ou seja, evocam sentimentos quando ativados. Por exemplo, as pessoas que dão importância ao valor da independência ficam irritadas se a sua independência for ameaçada, desesperam se não podem protegê-la e sentem-se felizes quando podem desfrutá-la. Em segundo lugar, os valores referem-se a metas desejáveis que motivam a ação. Pessoas que dão importância à ordem social e justiça, por exemplo, sentem-se motivadas, induzidas a seguir tais valores. Em terceiro lugar, os valores transcendem ações e situações específicas. Obediência ou honestidade, por exemplo, são valores que podem ser relevantes em diversos contextos, como no trabalho, na escola ou nos desportos, com a família, com amigos ou com estranhos, mas que usualmente se referem a ações, objetos ou situações específicas. Em quarto lugar, os valores servem como padrões ou critérios, guiando a seleção ou avaliação das ações políticas, pessoais e das situações. As pessoas decidem o que é bom ou mau, justificado ou ilegítimo, o que vale a pena fazer ou evitar, levando em conta as possíveis consequências da aplicação dos valores a que elas dão prioridade. Embora, o impacto dos valores nas decisões cotidianas raramente seja consciente, eles tornam-se conscientes quando as ações ou decisões que pensamos praticar entram em conflito com outros valores que prezamos. Em quinto lugar, os valores são ordenados pela sua importância em relação aos outros valores, formando uma hierarquia. E, em sexto lugar, as ações são frequentemente guiadas por múltiplos valores, pois qualquer atitude ou comportamento tem implicações para mais de um valor.

Desta forma, os valores das pessoas formam um sistema ordenado de prioridades característico de cada indivíduo. Podemos dar mais importância a valores de realização do que a valores de justiça, enquanto outras pessoas podem dar prioridade a valores interacionais ou a valores de caráter mais individual.

Schwartz (2001, p.55) parte então do seguinte raciocínio para descrever dez tipos de valores motivacionais nos quais os indivíduos devem se adaptar à realidade de um contexto social. “Os grupos e os indivíduos transformam as necessidades inerentes à existência humana e expressam-nas na linguagem de valores específicos, por meio dos quais podem então comunicar entre si”.

Mais especificamente, os valores representam, na forma de metas conscientes, as respostas que todos os indivíduos e sociedades devem dar a três requisitos universais: 1) As necessidades do indivíduo na sua qualidade de organismo biológico (Organismo); 2) Os requisitos da interação social coordenada (Grupo); 3) Os requisitos para o correto funcionamento e sobrevivência dos grupos (Interação).

QUADRO 2: TIPOS MOTIVACIONAIS DE VALORES (Schwartz, 1992, p.14).

Estimulação – refere-se à busca de excitação, novidade e mudança. Atende a interesses individuais. As fontes deste tipo motivacional são as necessidades do organismo. Os valores que compõem este domínio são: audacioso, vida excitante e vida variada.

Hedonismo – refere-se à busca do prazer e de gratificação sexual. Reflete interesses individuais. Suas fontes são as necessidades do organismo. Os valores que compõem este domínio são: prazer e desejo de gozar a vida.

Realização – refere-se à busca do sucesso pessoal e da competência, tendo como referência os padrões impostos pela sociedade. Atende a interesses individuais, e suas fontes são as necessidades de interação grupal. Os valores que compõem este domínio são: bem-sucedido, capaz, ambicioso, influente e inteligente.

Poder – refere-se à obtenção de *status* social e prestígio, controle ou domínio sobre outras pessoas e recursos. Responde a interesses individuais, tendo como fonte as necessidades de interação. Os valores que compõem este domínio são: autoridade, riqueza, poder social, preservação da imagem pública e reconhecimento social.

Segurança – refere-se à busca da harmonia na estabilidade social, nos relacionamentos e do self. Reflete interesses mistos (individuais e coletivos). Tem como fontes as necessidades do organismo e as de interação. Os valores que compõem este domínio são: ordem social, segurança familiar, segurança nacional, retribuição de favores, sentido de pertença e saudável.

Conformidade – refere-se à busca do controle de ações que estão em desacordo com as normas sociais. Como fontes de interação, estão os interesses coletivos. Os valores que compõem este domínio são: obediência, respeito para com os pais e idosos, autodisciplina e polidez.

Tradição – refere-se à busca de respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias culturais ou religiosos. Atende a interesses coletivos, sendo suas fontes as necessidades grupais. Os valores que compõem este domínio são: respeito pela tradição, humilde, devoto, consciente dos seus limites e moderado.

Benevolência – refere-se à busca de bem estar das pessoas próximas e das interações cotidianas. Reflete interesses coletivos, tendo como fontes as necessidades do organismo e as de interação. Os valores que compõem este domínio são: prestativo, leal, indulgente, honesto, responsável, amizade verdadeira e amor maduro.

Universalismo – refere-se à busca de compreensão, apreciação, tolerância, proteção do bem estar de todas as pessoas, bem como da natureza. Este domínio motivacional reflete interesses mistos e suas fontes são as necessidades do organismo e as de interação. Os valores que compõem este domínio são: liberdade, justiça social, igualdade, união com a natureza, sabedoria e protetor do ambiente.

Para poder dar conta da realidade, o indivíduo tem, portanto, que reconhecer estas necessidades universais e planejar, criar ou aprender respostas apropriadas para a sua satisfação.

Para isso, o desenvolvimento cognitivo e a socialização são de extrema importância, pois, através deles, o indivíduo capacita-se, progressivamente, para representar conscientemente essas necessidades como valores ou metas a serem atingidas. Assim, os

valores expressam uma distinção entre o que é importante ou secundário para o indivíduo. Com efeito, Schwartz (1999, p.23) “define valores como critérios ou metas que transcendem situações específicas, sendo ordenados por sua importância e que serviriam como princípios que guiam a vida dos indivíduos, constituindo o sistema de valores das pessoas”.

Atualmente, há a hipótese de que a estrutura do modelo de Schwartz apresente um postulado mais elaborado, baseado nas relações dinâmicas de compatibilidade e de conflito entre os valores. A premissa adotada é que os comportamentos que os indivíduos levam a cabo são expressões, em parte, dos seus valores, e têm consequências práticas, psicológicas e sociais que podem entrar em conflito ou ser compatíveis com a busca por outros valores.

2.3 Os Valores Humanos postulados na Teoria Funcionalista de Gouveia²

Na sua revisão dos teóricos dos valores, Gouveia (1998) pôde verificar que, em geral, os modelos apresentavam algumas limitações quanto à indicação, à fonte e à natureza dos valores. Esse autor também observou que poucas teorias partiam de uma concepção específica de homem, o que, em sua opinião, favorecia a ambiguidade de admitir os valores como desejáveis e, ao mesmo tempo, falar em valores negativos ou contra valores. Esses aspectos o animaram a aprofundar mais este temático. Estudou os modelos teóricos então prevaletentes com o objetivo de entender como poderiam ser mais bem estruturados e verificar se havia elementos convergentes.

A teoria funcionalista dos valores humanos vem sendo desenvolvida nos últimos anos, demonstrando resultados bastante animadores em contextos nacionais e internacionais, com dados advindos de diferentes fontes (locais públicos, salas de aula, centro religioso etc.) com características e amostras variadas.

Explicando melhor, Ros & Gouveia (2006, pp.118 e 119) afirmam que:

O interesse pelo estudo está nas concepções do individualismo e do coletivismo no âmbito normativo. O individualismo compreende uma tendência ao êxito. O indivíduo está acima dos grupos em todos os aspectos, as relações não são estáveis, envolvendo geralmente a separação dos familiares e a ruptura com os ancestrais. O coletivismo corresponde a uma tendência à cooperação e ao compromisso com os outros. O grupo tem mais importância que a própria pessoa.

²*Teoria Funcionalista dos Valores Humanos.* Esta teoria tem sido empregada para explicar atitudes e comportamentos pró-sociais (e.g., altruísmo, gratidão, conservação de água) e antissociais (e.g., preconceito, uso de drogas, agressão).

A teoria funcionalista dos valores humanos tem como propósito compreender os valores adotados pelas pessoas e conhecer como eles interferem em suas vidas.

No âmbito desta teoria, “a definição de valores é oferecida em termos parcimoniosos enfocando suas funções, compreendidos como aspectos psicológicos que cumprem ao guiar comportamentos e representar cognitivamente as necessidades humanas” (Gouveia, 2013, p.120).

Esta concepção favorece o conhecimento sobre a natureza dos valores humanos, orientando-se pelos seguintes pressupostos teóricos, concretamente assumidos pela Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, objeto deste estudo:

Natureza humana. Os seres humanos têm uma natureza benevolente ou positiva. Admitir a natureza humana é permitir que se pense como as pessoas comportam-se, relacionam-se com as demais, reagem aos eventos do dia a dia e planejam suas vidas.

Princípios-guia individuais. Nesta teoria, os valores são considerados princípio-guia de pessoas, individualmente ou em grupo, servindo de padrões gerais de orientação para comportamentos dos indivíduos e favorecendo assim a continuidade da sociedade em termos sociais e culturais.

Base motivacional. Leva em conta a ideia consensual que os valores são representações cognitivas das necessidades humanas, mas também demandas institucionais e sociais.

Caráter terminal. Os valores terminais são mais coerentes com a concepção de valores humanos como uma orientação geral e transcendente, que não se limitam a objetos específicos e representam metas superiores.

Condição perene. Considera-se que as sociedades sejam concebidas como tendo sua dinâmica própria, primando por valores que tornam possível a convivência harmoniosa entre seus membros.

Essas suposições teóricas permitem uma definição clara dos valores como: a) conceitos ou categorias; b) sobre estados desejáveis de existência; c) que transcendem situações específicas; d) assumem diferentes graus de importância; e) guiam a seleção ou avaliação de comportamentos e eventos; e f) representam cognitivamente as necessidades humanas.

Propor uma teoria funcionalista dos valores, segundo Gouveia (2013, p.115), “é dar ênfase a uma pergunta simples: para que servem os valores?” Assim, o autor destaca que “os valores servem para explicar as atitudes, as crenças e os comportamentos das pessoas em

contextos concretos da vida cotidiana, refletindo tanto a sua orientação como suas necessidades”.

Mais precisamente, segundo Gouveia (2003, p.432):

Os valores foram usualmente definidos com referência a outros construtos, que têm significados próprios e bem definidos, podendo ser considerados como tipos específicos de necessidades que precisam ser pensados com independência destes construtos, podendo se referir unicamente a sua origem ou a algum processo cognitivo subjacente.

Favorecendo o conhecimento sobre a natureza dos valores humanos esta teoria define os valores como “categorias de orientação consideradas como desejáveis, baseadas nas necessidades humanas e nas pré-condições para satisfazê-las, adotadas por atores sociais, podendo variar em suas magnitudes e nos elementos que as definem” (Gouveia, 1998, p.293).

Uma das grandes diferenciações da tipologia de Gouveia (2013), em relação às outras, é justamente ter como base as necessidades humanas e as pré-condições de satisfação dessas necessidades. Propõe que os valores sejam organizados em duas dimensões. Uma relacionada com o tipo de orientação (valores como padrão-guia de comportamentos) representados por metas pessoais, metas centrais e metas sociais. E outra dimensão relacionada com o tipo de motivação, representada por eixos de valores que, combinados, apresentam diferentes subfunções valorativas como experimentação, realização, existência, suprapessoal, interativa e normativa, agrupando-se de acordo com o tipo de orientação que elas seguem: pessoal (experimentação e realização), social (interacional e normativa) e central (existência e suprapessoal).

Assim, a subfunção *experimentação* corresponde a um motivador idealista com orientação pessoal. Os seus valores, emoção, prazer e sexualidade, representam a necessidade fisiológica de satisfação, em sentido amplo, ou o princípio do prazer. Os indivíduos que endossam estes valores tendem, portanto a não se conformarem com regras sociais.

A subfunção *realização* corresponde a um motivador materialista como orientação pessoal. Os valores indicadores desta função, êxito, prestígio e poder, representam as necessidades de autoestima. Pode ser uma exigência para interações sociais positivas como também para o funcionamento institucional.

A subfunção *existência* é constituída pelos valores estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência, representando as necessidades fisiológicas básicas, como comer, beber, dormir e a necessidade de segurança. É compatível com orientações sociais e pessoais do motivador

materialista, pois seu propósito principal é assegurar as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo.

A subfunção *suprapessoal* inclui valores que representam as necessidades estéticas e de cognição, ou seja, beleza, conhecimento e maturidade. Ajuda a organizar o mundo de uma forma consistente, fornecendo clareza e estabilidade na organização cognitiva da pessoa.

A subfunção *interativa* acentua o destino comum e a experiência afetiva entre os indivíduos. Representa as necessidades de pertença, amor e afiliação. É formada pelos valores: apoio social, afetividade e convivência.

A subfunção *normativa* reflete a importância de preservar a cultura e as normas convencionais. Seus valores representativos são: obediência, religiosidade e tradição.

Na teoria funcionalista dos valores de Gouveia (2013, p.148), “não se admite o conflito inerente aos valores, embora alguns possam ser mais desejáveis que outros, em razão da suposição teórica da natureza benevolente do ser humano. Todos os valores são desejáveis e positivos”.

A teoria funcionalista dos valores humanos pode, portanto, ser encarada como um empreendimento heurístico, permitindo tratar aspectos diversos que têm atraído a atenção de pesquisadores, educadores e trabalhadores sociais, como crise de valores, perfis ou sistemas valorativos, valores de pessoas desviantes, estabilidade e mudança da estrutura de valores, entre outros.

Os valores são como que uma “moldura” da existência individual e coletiva do ser humano. Valores, conhecimentos e preconceitos mudam porque os humanos se modificam com o avanço das ciências e a repercussão do modo de viver de uma coletividade, porque a vida é um “processo”, processo é mudança e o ser humano é ser capaz de ser diferente. Deste modo, podemos compreender os atos das pessoas enquanto sujeitos históricos e sociais.

Este autor propôs assim o Questionário de Valores Básicos (QBV), identificado genericamente como “formas de entender a vida”, onde é solicitado diretamente aos participantes que expressem o grau em que consideram os diversos valores como princípios que guiam suas vidas, levando em consideração a natureza benevolente do ser humano, sua dimensão motivacional e os princípios considerados universais que definem as regras pela qual uma sociedade civilizada deve se orientar. Este instrumento de avaliação permite, portanto conhecer os valores das pessoas em contextos e culturas variados.

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS E REFERÊNCIAS

Quando nos perguntamos o que nos leva a valorizar alguma coisa em detrimento de outra, observamos que além de livres e com capacidade de fazermos escolhas a partir dos valores que desenvolvemos, somos capazes também de hierarquizar nossas observações e nossas relações. Relacionamo-nos com as coisas e com as pessoas, partindo de uma hierarquização que chamamos “valores”. E, neste ponto, percebemos que estamos diante de questões culturais e sociais orientando expectativas formais e disposições comportamentais que apresentam precocemente motivações amistosas evidentes e transculturais, permitindo reconhecer, aquém do relativismo moral, intencionalidades cognitivas e emotivas.

A axiologia remete-nos a conceitos sobre o que são valores. Percebemos os valores de forma subjetiva, porém inspirados nas práticas escolares atuais, explicitando-se à medida que são regulados através do comportamento moral num clima de não-diretividade e de neutralidade.

Nos últimos anos, com a divulgação de programas de Educação em Valores Humanos por vários organismos educacionais e sociais, vem despertando a consciência não apenas dos trabalhadores da educação, mas de todos os cidadãos independentemente da raça, condição social ou crença religiosa.

A educação brasileira, ao longo dos séculos, evoluiu por rupturas marcantes, porém fáceis de serem observadas. Uma das rupturas de valores deveu-se à chegada dos portugueses no ano de 1500, trazendo consigo uma educação de ordem cristã, interferindo na educação dos povos indígenas nativos da terra descoberta. Portanto, havendo mudanças sócias, culturais e até gastronômicas. Assim sendo, continuando pelo regime Monárquico e chegando à República. Leis foram criadas e promulgadas, jamais tantos projetos foram elaborados com a intenção da melhoria e consolidação dos Valores Básicos Humanos da população brasileira, todavia a passos parcos, avançando não de modo frontal, mas por desvios que decorrem de inovações ou de criação de normas e leis que transformam a vida social e acadêmica em condições favoráveis ou esmagadoras, visto que o ensino ofertado em nossas escolas públicas não tem conseguido dar conta dos aspectos mais básicos e primordiais da aprendizagem, como aquisição de leitura e escrita, por exemplo.

Neste sentido, na medida em que são expostos os desafios do ensinar e do aprender, articulando um conjunto de significados nas relações interpessoais de sobrevivência humana, é necessário ter clareza sobre as políticas públicas que direcionam a educação brasileira.

Entretanto, a política de desobrigação do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade cada vez mais vem excluindo crianças, jovens e adultos da escola e aprofundando as desigualdades sociais.

Segundo Brandão (1981, p.7) "para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação".

3.1 Constituição da República Federativa do Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p.121)³ afirma no seu artigo 205, que a “educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao *pleno desenvolvimento da* pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A construção prática dos direitos humanos é dolorosa porque depende de uma conscientização política, a fim de se estabelecer um diálogo verdadeiramente democrático com os setores sociais de menor expressão econômica, mas de importante expressão social.

Como perspectiva de mudança desse quadro social, que deixa à margem os brasileiros que não conseguem ter os seus direitos mínimos assegurados, dá-se ênfase ao Direito à Educação, previsto no art. 6º da CRFB (1988), como direito fundamental e, principalmente, como esperança motivadora para que a sociedade possa buscar a sua plenitude enquanto comunidade de sujeitos com direitos iguais. Assim, a educação deve ser prioridade e integralmente viabilizada ao ser humano.

Segundo Rodrigues (1999, p.10),

O texto constitucional demonstra grande preocupação com a questão específica da escolarização em detrimento de um processo educativo mais abrangente. Todavia, falar em direito à educação implica falar em direito à educação escolar. O acesso à educação escolar se realiza através da concretização de vários direitos presentes na legislação e que podem ser classificados da seguinte forma: universalidade do acesso e da permanência; gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental e atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais.

³Promulgada em 5 de outubro de 1988, é a Lei Fundamental e Suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

Portanto, a educação não é apenas um direito, é a riqueza de um país, uma ferramenta indispensável à inclusão social e ao desenvolvimento da nação. Sendo assim, a educação precisa ser moldada de forma a atingir sua configuração ideal para que sirva sua função e realize seu valor.

Para Ranieri (2000, p.78) “além do regramento minucioso, a grande inovação do modelo constitucional de 1988 em relação ao direito à educação decorre de seu caráter democrático, especialmente pela preocupação em prever instrumentos voltados para sua efetividade”.

Para se captar toda a dimensão do direito à educação temos de situá-lo, previamente, no contexto dos direitos sociais, econômicos e culturais, os chamados direitos de segunda dimensão, no âmbito dos direitos fundamentais. Mais precisamente, o sentido do direito à educação na ordem constitucional de 1988 está intimamente ligado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como aos seus objetivos de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a um desenvolvimento nacional associado à erradicação da pobreza e da marginalidade, à redução das desigualdades sociais e regionais e à promoção do bem comum.

Mesmo objetivando o desenvolvimento dos Valores Humanos, a educação brasileira tem vivido ao longo de sua caminhada momentos conflituosos e turbulentos. No entanto, é a primeira vez que uma Constituição Federal destaca os objetivos básicos do Estado, preocupando-se em assegurar os valores da dignidade e do bem estar da pessoa humana.

Ora, conforme afirma Morin (2002, p.59):

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida, sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, chora, mas sabe conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio, é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas que não pode crer nela; que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas ideias, mas que duvida dos deuses e critica as ideias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras.

Quanto aos direitos individuais e coletivos, a CRFB (1988, p.15) declara em seu artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Este pensamento é complementado por Moraes (2002, p.64) quando afirma que “[...] os direitos humanos, como conjunto de valores históricos básicos e fundamentais, que dizem

respeito à vida digna jurídico-político-psíquico-econômico-físico e afetivo dos seres e de seu habitat, tanto daqueles do presente quanto daqueles do porvir, surgem sempre como condição fundante da vida”.

3.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos

Os princípios presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948)⁴ situam-se na confluência democrática entre os direitos e liberdades básicos como também dos deveres de todas as pessoas para com a comunidade em que vivem.

As ideias que normalmente nos são passadas sobre Direitos Humanos são apenas para o livre direito de pensar e expressar nossos pensamentos, e para a igualdade de todos perante a lei. Mas, comprovadamente na prática constatamos que somente somos livres no que respeita os pensamentos, ou seja, podemos pensar livremente, uma vez que expressa nossos pensamentos através de atos, atitudes, já não é assim tão possível. Não possuímos a liberdade plena no que tange as atitudes, ações e manifestações.

A DUDH pode ser um guia de referência para a análise dos conflitos de valores vivenciados em nosso cotidiano e para a elaboração de programas educacionais que objetivem uma educação para os valores. Se quisermos, portanto, promover uma educação ética e voltada para a cidadania, devemos partir de temáticas significativas do ponto de vista ético, propiciando condições para que os alunos e alunas desenvolvam suas capacidades dialógicas, tomem consciências dos seus próprios sentimentos e emoções e desenvolvam a capacidade autônoma de tomada de decisão em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

3.3 Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990)⁵ pode se apresentar também como instrumento útil para uma análise crítica da realidade cotidiana, a nível pessoal e coletivo.

No artigo 15, a redação do ECA (1990, p.03) proclama que “acriança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de

⁴A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Este documento, marco da nossa era, tornou-se um autêntico paradigma defensor da ética, da moral e dos bons costumes.

⁵Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirada pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas jurídicas.

desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

Ainda o ECA (1990, p.03), em seu artigo 17, “determina o direito ao respeito, ou seja, a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”.

E o processo educacional está contemplado no artigo 58 do ECA (1990): “respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. Este enfoque sociocultural ressalta, portanto, o fato de que o processo de educação de cada ser humano não se dá no vazio, nem de forma isolada, mas sempre no seio de um grupo humano no qual cada pessoa deve viver e aprender.

3.4 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9394/96)⁶ faz uma breve leitura do que está consignado na Constituição Republicana Federativa do Brasil (1988), juntamente com a legislação educacional brasileira, em razão de sua abrangência e objetividade no que se refere à necessidade da garantia do direito público relevante à educação, bem como ao aperfeiçoamento e melhoria da qualidade do ensino, das condições e pressupostos sociais mínimos para efeitos de se proporcionar um ensino adequado aos estudantes brasileiros.

Esta Lei destaca o papel importante que a escola desempenha no processo educacional e confere-lhe uma grande autonomia de organização. Além disso, incentiva as instituições de ensino a desenvolverem projetos que possibilitem a promoção de estudos para alunos com atraso na escola.

Com efeito, deixa expressa a necessidade de se trabalhar com diferentes áreas do conhecimento que contemplem uma formação plena dos alunos, no que diz respeito aos conhecimentos clássicos e à realidade social e política, dando especial enfoque ao ensino da história do Brasil, sob a justificativa da necessidade de conhecer nossas matrizes constituintes e sentir-se pertencente à nação. Explicita também a necessidade de conjugar uma base comum

⁶ LDBEN Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional. É a mais importante lei brasileira que se refere à educação. Foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 com o número 9394.

de conhecimentos para todos e o tratamento de questões específicas de cada localidade. Assume assim um caráter inovador, todavia, ainda insuficiente para atender às necessidades de melhoria do sistema educacional e da qualidade do ensino brasileiro frente às tendências econômicas do país, embora se mostre eficaz na regulamentação da educação nacional.

A educação em valores pode ser observada na leitura do artigo 2º da LDBEN. Ao definir educação como dever da família e do Estado, afirma que ela se inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, a sua preparação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Em seu artigo 27, a LDBEN contextualiza e afirma que a “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, favorece a evolução de um sistema educacional mais moderno e eficaz”.

No que se refere ao Ensino Fundamental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) aponta a educação em valores como principal objetivo desta etapa da educação básica. A formação do cidadão, mediante a aquisição de conhecimentos e através do desenvolvimento da capacidade de aprender, tem como estratégias básicas o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e de competências relacionadas explicitamente com a educação em valores. Mais precisamente, a formação do cidadão implica: a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que deve se assentar a vida social.

Apesar de propor inovações, as questões relacionadas com a busca de melhoria da qualidade educacional, a formação e aperfeiçoamento dos docentes, a autonomia e universalização do ensino fundamental, permanecem inconclusivas. Há uma crise paradigmática nos níveis educacional, cultural e social. Neste sentido, Scocuglia (2006, p.138) afirma que: “é preciso compreender os desafios da educação brasileira atual que não partem do zero, e sim de uma condição de extrema negatividade”.

Seja como for, a LDBEN (9394/96), reconhece a educação em valores como um eixo orientador para o professor, para o aluno e para a família, considerando estes como sujeitos do processo de formação educacional.

Refletindo sobre este objetivo da LDBEN (9394/96), o Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – MEC/FNDE (2007, pp.12 e 13), afirmam que:

(...) os valores não são nem ensinados, nem nasceram com as pessoas. Eles são construídos na experiência significativa que as pessoas estabelecem com o mundo. Esta construção depende diretamente da ação do sujeito, dos valores implícitos, dos conteúdos com que interage no dia a dia e da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e a fonte de valores.

Enfim, estes valores serão formados por preferências racionais e com uma base moral, apresentando características de algo desejável, refletindo-se em metas individuais, de grupo e da sociedade, assinalando que o fim último da educação é a formação da cidadania e incorporando nas finalidades da educação básica, princípios e valores fundamentais que dão uma estrutura nova e transversal ao currículo escolar.

3.5 Parâmetros Curriculares Nacionais

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997)⁷ procurou, por um lado, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, por outro lado, reconhecer a necessidade de referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam que os nossos jovens tenham acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais explicita-se que as crianças e os jovens deste país devem desenvolver as suas diferentes capacidades, enfatiza-se que a apropriação dos conhecimentos socialmente elaborados é a base para a construção da cidadania e da sua própria identidade, uma vez que todos são capazes de aprender e a sociedade deve proporcionar ambientes de construção de conhecimentos e de desenvolvimento da inteligência e das suas múltiplas competências.

⁷Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são a referência básica para a elaboração das matrizes de referência. Foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias.

O atual modelo da educação brasileira, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.45),

Proporciona o acesso mais amplo das camadas populares, trazendo para a escola novas questões e necessidades e por consequência, novos desafios e novas responsabilidades, objetivando conduzir os conhecimentos valorativos do ser humano neste novo tempo no qual a escola está inserida, por meio do fortalecimento profissional e comprometimento dos atores do processo educativo.

Acrescentam ainda os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs (1997, p.73) que “se os valores humanos que subjazem aos ideais da Constituição Brasileira não forem intimamente legitimados pelos indivíduos que compõem este país, o próprio exercício da cidadania será seriamente prejudicado”.

É, portanto, tarefa de toda sociedade fazer com que estes valores vivam, se desenvolvam e se concretizem em uma educação comprometida com a cidadania, pois foram outorgados nos Parâmetros Curriculares Nacionais os seguintes princípios norteadores pelos quais pode ser orientada a educação escolar.

Dignidade da pessoa humana, que implica respeito pelos direitos humanos, repúdio da discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas.

Igualdade de direitos, que se refere à necessidade de garantir que todos tenham a mesma dignidade e possibilidade de exercício da cidadania. Para tanto, há que se considerar o princípio da equidade, o reconhecimento que existem diferenças étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas e desigualdades socioeconômicas que devem ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada.

Participação, que como princípio democrático, apela para a noção de cidadania ativa, para o reconhecimento que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças.

Nesse sentido, admitem os Parâmetros Curriculares Nacionais que (1997, p.31):

Propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão. Isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) não se configuram como um modelo curricular impositivo e homogêneo. Apresentam, então, uma proposta aberta e flexível a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores.

Porém, pautado na ética e na participação democrática, durante um longo processo de discussão, o Ministério da Educação norteou a elaboração do novo Plano Nacional de Educação para 2011 – 2020⁸ nos seguintes objetivos:

- a) Universalização da educação básica pública, por meio do acesso e permanência no sistema educativo.
- b) Expansão da oferta da educação superior, sobretudo a pública, por meio da ampliação do acesso e permanência na instituição educacional;
- c) Garantia de padrão de qualidade em todas as instituições de ensino, por meio do domínio de saberes, habilidades e atitudes necessários ao desenvolvimento do cidadão, em cada etapa e modalidade do ensino;
- d) Gratuidade do ensino para o estudante em qualquer nível, etapa ou modalidade da educação, nos estabelecimentos públicos oficiais;
- e) Gestão democrática da educação e controle social da educação;
- f) Respeito e atendimento às diversidades étnicas, religiosas, econômicas e culturais;
- g) Excelência na formação e na valorização dos profissionais da educação;
- h) Financiamento público das instituições públicas.

Este desafio demandará, além de um aprimoramento do regime de colaboração federativa e da efetiva participação da sociedade brasileira, mais investimentos públicos em educação. Portanto, o PNE (2011 – 2020) é um instrumento decisivo, estratégico, para o presente e o futuro da educação brasileira e para os destinos do país.

É no quadro dessa perspectiva de sobrevivência e desenvolvimento da nação, sobretudo de seu povo excluído, e do Estado Nacional que se situa o Plano Nacional de Educação (2011 – 2020, p.10):

⁸O primeiro PNE – Plano Nacional da Educação foi criado em 1996, e vigorou entre os anos de 2001 a 2010. Seu objetivo era melhorar a educação no país com diversas metas. Foi refeito, numa visão estendida para que as metas sejam alcançadas entre 2011 e 2020.

A ser articulado com as políticas já indicadas e a construção de um quadro cultural a ser apropriado pelo conjunto da sociedade, bem como construído também por ela a partir das identidades simbólicas e materiais existentes. A educação é aqui entendida como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país.

Em linhas gerais, a Comissão de Educação e Cultura (2009, p.28), sobre o PNE, determina que o Brasil “amplie o acesso à educação, como direito de todos, alicerçada na ética e nos valores de solidariedade, liberdade, justiça social e sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento, nas dimensões pessoais e sociais, de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social e melhoria da qualidade do ensino”.

Assim sendo, a que se esperar que o PNE contribua com as aspirações nacionais em torno da educação e que a sociedade como um todo se esforce para a sua plena realização.

CAPÍTULO IV - EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA: ASPIRAÇÃO DE NOVOS VALORES

4.1 Educação: direito de todos e desenvolvimento humano

“Educação” não é apenas um direito, é a riqueza de um país, uma ferramenta indispensável à inclusão social e ao desenvolvimento da nação.

A situação educacional no Brasil constitui-se por uma teia de adversidade, uma verdadeira rede que reflete a situação do país em várias outras áreas de forma geral. Entretanto, nota-se uma maior preocupação com a área da educação, os gastos têm sido maiores e mais intensos cada ano e os números estatísticos mostram melhoras. A escolaridade do brasileiro aumentou, mas, mesmo assim, enormes esforços ainda devem ser feitos.

Contudo, compete aos seres humanos operarem as mudanças com o objetivo de se projetar, tanto na educação, quanto na sociedade, uma linha progressista ou não de desenvolvimento. Assim sendo, o desenvolvimento humano pode ser visto e compreendido, segundo Dellors (2003, p.81), “como um processo que visa ampliar as possibilidades oferecidas às pessoas. Em princípio, estas possibilidades podem ser infinitas e evoluir com o tempo”.

O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, parte da natureza em invenções da sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar o interior desta cultura em situações sociais de aprender e ensinar, em educação.

Refletindo nestes desafios sobre a educação para a humanidade Delors (1998, p.19),

Conceitua educação ao longo de toda a vida, aparecendo como uma das chaves de acesso ao século XXI. Ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente. Vem dar resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação, mas não constitui uma conclusão inovadora, uma vez que já anteriores relatórios sobre educação chamaram a atenção para esta necessidade de um retorno à escola, a fim de se estar preparado para acompanhar a inovação, tanto na vida privada como na vida profissional. É uma exigência que continua válida e que adquiriu, até, mais razão de ser. E só ficará satisfeita quando todos aprendermos a aprender.

Sem dúvida, educação é um conceito amplo que se refere ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas (físicas, intelectuais, estéticas, culturais, sociais...) tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais e valorativas.

Pode-se argumentar que a educação sendo hoje uma prioridade revisitada no mundo inteiro, precisa de ser moldada de forma a atingir a sua configuração ideal, para que sirva a sua função e realize o seu valor. Não se pode afastar de uma proposta voltada para a diversidade, igual para todos enquanto membros de uma comunidade nacional, mas diferente em todas as especificidades contempladas, visto que os valores pessoais estão relacionados com a cultura de diferentes grupos nos quais o indivíduo se insere ao longo da vida através da interação social.

O indivíduo está em constante processo de aprendizagem e essa não ocorre de forma isolada. São inúmeros os fatores, tanto biológicos, quanto sociais ou históricos, que influenciam a formação do sujeito, mas que isoladamente não determinam a sua constituição.

Assim sendo, o indivíduo incorpora pertencças. A mais geral é a sua dignidade conferida por uma comunidade nacional, construindo significados a partir de múltiplas e complexas interações sociais e culturais. Portanto, é no nível da diversidade das consciências populares que podemos buscar o princípio efetivo de uma solidariedade, aprofundando as diversas experiências vividas.

Neste sentido, Brandão (1993, p.13), “a educação acontece em locais onde não há escola, já que por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, que não foi sequer criado à sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. A educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida”.

Demonstrando melhor conhecimento sobre Educação, Brandão (1993, p.71),

A educação que hoje existe entre nós, surge mediante a complexidade que a evolução da sociedade traz consigo problemas relacionados com a sociedade de classes estruturadas sob um regime capitalista. É falso imaginar uma educação que não parte da vida real, da vida tal como existe e do homem tal como ele é. É falso pretender que a educação trabalhe o corpo e a inteligência de sujeitos soltos, desancorados de seu contexto social, na cabeça do filósofo e do educador, e que os aperfeiçoe para si próprios, desenvolvendo neles o saber de valores e qualidades humanas tão idealmente universais que apenas existam como imaginação em toda parte e não exista como realidade (como vida concreta, como trabalho produtivo, como compromisso, como relações sociais) em parte alguma.

Tal forma de educação deve visar, também, o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, dos sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta.

Torna-se, então, necessário observar a complexidade da realidade educacional, bem como a caracterização de cada categoria de ensino e aprendizagem associando-os ao mundo e a vida.

4.2 A Ética como formadora de valores humanos

Na educação, a *Ética* tem a função de formar o indivíduo ciente de seus deveres e direitos dentro da sociedade em que vive. A sociedade deve propor uma educação democrática, em que os sujeitos possam construir-se com autonomia, observando os princípios éticos como mediadores da formação humana.

Invocando a Ética como um tema transversal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.32) “ênfatizam a necessidade de valores e normas de condutas, e propõem uma reflexão sobre as diversas faces das condutas humanas comprometidas com a formação para a cidadania”. É relevante destacar que, com a inclusão da ética como Tema Transversal, os PCNs (1997, p.77) apresentam os critérios que servem de bases para o desenvolvimento das capacidades necessárias à construção dos conhecimentos humanos pautados em princípios éticos e democráticos, são eles:

- Perceber e respeitar diferentes pontos de vista nas situações de convívio (incluindo também diferentes processos de aprendizagem);
- Utilização do diálogo para comunicar-se na produção de ideias coletivas e na busca de soluções para problemas; buscar a justiça em situações conflituosas;
- Atuar de forma colaborativa e sensibilizar-se por questões sociais que pedem solidariedade (em situações cotidianas ou que beneficiem outros mais distantes);
- Conhecer os limites postos pela escola e participar da construção coletiva de regras que organizem essa vida em grupo (compreendendo as regras como instrumentos de organização da vida coletiva e asseguradoras da justiça e democracia);
- Participar de atividades grupais de forma responsável e colaborativa;
- Reconhecer diferentes modos de discriminação e injustiça.

Estes princípios éticos e morais apresentados pelos PCNs (1997) parecem muito claros sobre a dimensão afetiva da legitimação dos valores e regras éticas essenciais á formação da população brasileira, dotada de diversas etnias e culturas. Todavia, devo concordar com Ribeiro (2003, p.100) que “apesar da preocupação com questões éticas sempre haver existido, estamos vivenciando uma onda de tantos acontecimentos contrários ao bem-estar da

coletividade, de tanto menosprezo pelo humano, que o tema volta a ser um dos mais fecundos”.

Por sua vez, o Programa Ética e Cidadania (2007) de promoção de valores na escola e na sociedade, “pretende criar as condições necessárias para que os valores de ética, democracia, justiça e cidadania sejam incorporados no cotidiano das salas de aula” (p 04). Segundo os seus autores, Ulisses F. Araújo, Valeria A. Arantes, Ana Maria Klein e Eliane C. Pereira (2007, p.5), “este programa deve ser visto como um projeto pelo qual a comunidade escolar pode iniciar, retomar ou aprofundar ações educativas que levem à formação ética e moral numa construção de relações interpessoais mais democráticas”.

Com efeito, é impossível que a sociedade se abstenha de transmitir princípios e valores, pois eles estão impregnados nas regras e conteúdos das representações sociais. Desta feita, é preciso aplicar princípios éticos e de cidadania, associando os valores de convivência social, igualdade, justiça, honestidade, dignidade e paz às relações democráticas, o que certamente contribuirá para a emancipação moral dos seres humanos. Organizar as condutas numa postura ética pressupõe atitudes de respeito pelas diferenças, solidariedade, cooperação, repúdio das injustiças, das discriminações, valorizando o meio em que se vive e entendendo a formação de valores numa visão de preservação da dignidade humana.

Nesse sentido, diversas são as organizações da vida em sociedade nas quais a ética da solidariedade e da partilha deve estar presente, sejam elas as estruturas sociais religiosas, políticas, sindicais, acadêmicas, familiares, entre outras, para que haja harmonia na teia da vida. Observar a sociedade sob a ótica da cooperação e da solidariedade implica, antes de tudo, perceber o potencial intelectual e criativo que cada povo e cada cultura trazem em sua bagagem histórica, enquanto fonte da união e da reciprocidade entre os sujeitos que têm objetivos comuns na sua troca de experiências.

Numa exigência de se ensinar eticamente, Freire (2011, p.34) considera o olhar crítico e investigativo que traduz o respeito ao ser humano e ao ambiente nas diferentes dimensões sociais e culturais quando afirma: “Não é possível seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela”.

4.3 Cidadania: novos paradigmas em educação

A cidadania constitui um dos principais objetos sócio mediático que permeiam os discursos na atualidade. Nascida na Antiga Grécia inspiradora do Humanismo e da Revolução

Francesa, esta noção está ligada a um processo político, social e histórico que se constrói nas dimensões individual e coletiva.

Sobre cidadania o dicionário de Língua Portuguesa Larousse afirma ser “qualidade de cidadão”, “qualidade de uma pessoa que possui, em uma determinada comunidade política, o conjunto de direitos civis e políticos”. No entanto, na realidade em que vivemos atualmente, se indagarmos a respeito do tema, certamente encontraremos uma diversidade de opiniões e nenhuma definição que possa contemplar de forma plena o conceito de cidadania.

Assim, ao extrapolar os limites sóciogeográficos, a globalização faz desaparecer as peculiaridades de cada espaço e também dos indivíduos implicados. Serão todos “cidadãos do mundo”, sujeitos indefinidos socialmente. Porém, a rapidez das transformações físicas, materiais e sociais provocam igualmente transformações que exigem uma educação institucionalizada promotora de vínculos sociais e culturais.

Nesta perspectiva, Neves (2009, p.22), afirma que:

A educação deve antes de tudo, transmitir os valores e as representações sociais que os alicerçam. Quanto mais comunitária uma sociedade, mais importância ela confere à consciência coletiva, e, portanto, mais ela valoriza a função de transmissão de valores pela escola. É esta função que visam muitos discursos atuais sobre a cidadania. Mas, não se devem confundir esta socialização por transmissão de crenças, sentimentos, representações e valores com a cidadania.

A cidadania, como construção social, enfatiza, portanto, a importância das relações sociais na formação de valores e atitudes capazes de tornar os indivíduos livres, responsáveis, éticos, autônomos e participativos, considerando também que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas, científicas e culturais promovam uma vida digna e saudável para todas as pessoas.

Para que o modelo de cidadania seja justo e almeje a liberdade individual e coletiva é necessário que a igualdade e a equidade sejam compreendidas como complementares. Dito de outro modo é necessário que valores como solidariedade, cooperação, perdão e respeito mútuo sejam repensados, reconhecendo que os direitos que nós temos as outras pessoas também os têm.

Ao mesmo tempo em que a igualdade de direitos deve ser objetivada nas instituições sociais, não se pode perder de vista o direito e o respeito pela diversidade, pelo pensamento divergente. E, por isso, se quisermos compreender a cidadania, devemos reconhecer a diferença nos papéis sociais e nos deveres e buscar aqueles aspectos em que todos os

membros da comunidade tenham os mesmos direitos. Com efeito, nesta configuração social, o objetivo não é apenas juntar os membros da sociedade em torno de representações coletivas, mas, sobretudo, formar cidadãos no sentido explicitado por Neves (2009, p.26),

Cidadania é um conceito político, pertinente a uma sociedade que se pensa em referencia a fundamentos políticos. Ela não se define por representações coletivas e comportamentos comuns aos membros da sociedade, embora não os exclua. É definida pelo respeito ao interesse geral, determinado pelo sufrágio do povo, sendo este esclarecido pela razão.

A formação do cidadão e da cidadã deve, portanto, levar em conta a dimensão comunitária das pessoas, o seu projeto pessoal e também a sua capacidade de realização que deve ser exercida dialogicamente, pois só dessa maneira poderão ajudar na construção do melhor mundo possível.

A educação para a cidadania não pode assim ser prisioneira de uma ou duas disciplinas não curriculares, mas deve constituir a base de um projeto de escola onde as opções devem ser claras e assumidas por todos. A educação para a nova cidadania deve fazer parte da vontade de todos, pois só desta forma o valor da pessoa humana e a sua dignidade constituirão os alicerces de uma cidadania democrática.

Sendo a educação o sustentáculo de desenvolvimento humano, influenciada pelo contexto social e político, Libâneo (1994, p.22) a identifica “como um processo de desenvolvimento da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais e estéticas, tendo em vista a orientação da atividade humana em sua relação com o meio social, em um determinado contexto de relações sociais”.

Conhecer os princípios morais e normas de conduta não leva necessariamente a praticá-los, isto é, transformá-los em convicções e atitudes efetivas frente aos problemas e desafios da realidade. Neste pensamento, para Libâneo (1994, p.23) “pode-se instruir sem educar, e educar sem instruir”. Mais precisamente, a cidadania requer a instrução do povo principalmente em escolas públicas, visto que a instrução só está subordinada à educação quando os conhecimentos, habilidades e capacidades propiciadas pelo ensino se tornam princípios reguladores da ação humana e favoreçam a construção de convicções e atitudes reais.

Com base nessa perspectiva, para Soares (2006, p.96), “uma forma de pensar as relações humanas implica uma educação que desenvolva a compreensão acerca da origem comum da vida e da convivência dentro de um mesmo espaço pertencente ao mesmo universo”.

Neste sentido mais amplo, o sistema educativo constitui um elemento chave para a promoção da educação para a cidadania e para a formação de futuros cidadãos que participem ativamente e de modo crítico na construção de uma sociedade mais justa e solidária, colocando como valores fundamentais a democracia, os direitos humanos e a tolerância.

No entanto, para um cidadão ser capaz de viver em sociedade e conseguir intervir nela de forma a transformar a sua qualidade de vida, deve desenvolver competências de reflexão acerca da sociedade em que está inserido. Este processo de aprendizagem, aquisição e desenvolvimento de competências cívicas é o que se designa por educação para a cidadania.

Em síntese, a educação para a cidadania visa desenvolver nos indivíduos atitudes de autoestima, de respeito mútuo, de solidariedade, de aceitação e de respeito pelas diferenças. A assumir as suas responsabilidades, o indivíduo apropria-se de regras de convivência, de valores fundamentais da vida em sociedade e de competências inerentes à conduta democrática que conduzem à formação de cidadãos solidários, autônomos, participativos e civicamente responsáveis. Entendemos que tal forma de educação deve intentar, também, o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de ideias, as influências da cultura e os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta.

No entanto, apesar dos progressos já conseguidos, ainda há um longo caminho a percorrer, tendo em conta os milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema, a taxa de desemprego, o baixo nível de escolarização e a violência ainda vivida na sociedade brasileira atual.

CAPÍTULO V - PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DE PESQUISA

Pesquisar o tema “Valores” no Ensino Fundamental com jovens adolescentes dos 10 aos 16 anos requer uma caminhada política e humana. Por quê? Porque os indivíduos nesta faixa etária e de escolaridade estão carentes em vivenciarem práticas de solidariedade, participação, convivência, entre outros requisitos valorativos, seja na família, na escola e/ou com outros grupos sociais. E também porque enfrentar esse fenômeno exige diálogo, respeitando a individualidade de cada pessoa, enfatizando o desenvolvimento de habilidades sociais e culturais.

A simpatia maior por este tema aconteceu durante o módulo de Psicologia da Educação e do Desenvolvimento ministrada pelo Professor Doutor Oscar da Conceição. As profundas orientações recebidas nos demais módulos durante o curso preparatório para o Mestrado em Ciências da Educação, levaram-me a começar a observar com novo olhar a veiculação dos valores básicos humanos, principalmente entre os professores e os alunos no cotidiano escolar, onde os valores transmitidos se traduzem habitualmente pelas normas elaboradas pela escola, as quais são trabalhadas de modo aleatório e, na maioria das vezes, compreendendo aspectos punitivos.

Ora, enquanto professora de uma instituição de ensino, local desta pesquisa, fui assim induzida a explorar diferentes dimensões, sociais, culturais, familiares e, sobretudo educacionais da vida na escola, através de conversas informais com todos os membros da comunidade escolar e de uma observação mais centrada no comportamento dos alunos entre si e com seus professores.

A literatura estudada ao longo deste trabalho foi significativa para a teorização e compreensão dos valores básicos humanos. Para esse efeito, os autores aqui representados permitiram construir uma base de conhecimentos sobre o tema em pauta.

Os suportes teóricos e metodológicos para a fundamentação, estruturação e classificação dos valores básicos humanos tratados neste estudo devem-se, em primeiro lugar, aos precursores desta área de investigação, designadamente a Rokeach (1973) e Schwartz (1994).

Nesta linhagem teórica, Gouveia (2003) apresenta-nos a Teoria Funcionalista dos Valores Humanos, sua natureza e sua base motivacional, influenciando os nossos procedimentos metodológicos e definindo o campo de ação. O Relatório da UNESCO sobre os Pilares da Educação apontados por Delors (2003), Aprender a Conhecer, Aprender a Conviver, Aprender a Fazer e Aprender a Ser, explicita o papel do cidadão e o objetivo de

viver. Silva (1995) induz a crença na vivência humana através dos valores, ressaltando a necessidade de que o Ser, o Valer e o Refletir sejam vivenciados na família e na escola numa perspectiva histórica e social. Salvador (2000) considera a verdade, justiça e bondade princípios fundamentais de solidariedade, cooperação, responsabilidade, sensibilidade, tolerância, convivência, respeito e identidade pessoal. Morin (2002) enfatiza a importância de bons exemplos na sociedade, onde os valores humanos são como ingredientes básicos de uma cultura que mudam em conformidade com a constituição política do Estado ou da sociedade que os produzem, numa dimensão histórica da humanidade. Freire (1987) estimula a prática dos ideais elevados como o melhor legado que podemos oferecer aos que serão os protagonistas futuros do desenvolvimento social e cultural. E Neves (2009) argumenta em favor da vinculação entre a educação e o exercício de cidadania.

Sobre a Educação Brasileira, percorremos também as suas Leis, as Diretrizes e os PCNs, o que me levou a refletir sobre a ética e o direito de educação para todos os cidadãos. Mas, apesar do grande volume de teorias e trabalhos acadêmicos sobre valores humanos, ainda não se atingiu uma representação que trouxesse resultados qualitativos, pois as Leis brasileiras e os problemas existentes na nossa sociedade dificultam esta estatística.

Contudo, perante as leituras que fundamentam esta pesquisa, assumo que os valores são construídos, projetando sentimentos positivos nos juízos que o sujeito faz sobre os objetos, as pessoas, as relações e sobre si mesmo. Assumo também, que esta construção se dará principalmente na escola.

5.1 Problemática de Estudo

O ser humano, por sua natureza social, necessita conviver com outros seres humanos, experienciando na sua vida cotidiana princípios ou padrões de conduta, incorporando novas atitudes e sentimentos, mantendo na medida do possível a sua integridade, sociabilidade e identidade.

Tal perspectiva visa portanto, e em primeiro lugar, atender às relações intergrupais que ocorrem na escola, mas concentrado na sala de aula, principalmente no que se respeita a diversidade étnica e sócio intelectual. Considerando que a diversidade pode ser uma das principais fontes de conflitos na escola, assim como a capacidade limitada para se viver com as diferenças presentes na sociedade.

Uma questão fundamental que me inquieta, enquanto profissional da educação básica, é compreender como são veiculados e socializados os valores básicos humanos entre professores e alunos do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal.

Por um lado, o jovem adolescente atual tem dificuldade de discriminar os valores do mundo em que vive. Por outro lado, os professores buscam recuperar um pouco de cidadania na escola de “hoje”, trazendo valores de toda a natureza para serem construídos nas salas de aula e procurando, geralmente, desenvolver atitudes de convivência ética e cidadã. Dessa forma, os adolescentes confrontam os seus próprios valores com os valores existentes no mundo dos adultos, na tentativa de encontrarem seus próprios caminhos e suas “autonomias”, visto que alguns desses valores são relativos a determinados grupos, mas há valores e direitos tais como a vida e a liberdade que não são relativos e que devem ser protegidos em qualquer sociedade, seja qual for a opinião da maioria, para que se respeitem os verdadeiros direitos das minorias.

Este fenômeno tem sido caracterizado de diversas formas, porém, as ideias acerca deste problema estão longe de serem consensuais. De fato, há toda uma rede social que circunda a escola, a família, as relações com outros grupos sociais, o acesso a conteúdos e imagens que são produzidos pelos meios de comunicação social, que atuam diretamente na construção de modelos, de comportamentos a serem imitados ou reproduzidos pela comunidade escolar.

Observa-se complementarmente, e em segundo lugar, que uma das principais dificuldades vividas na escola reside em como lidar com as desavenças. Porque os alunos brigam frequentemente, não há respeito, solidariedade, participação ..., tanto no aspecto individual, quanto no social. O cotidiano escolar é visto através de uma convivência doentia, produzindo graves conflitos emocionais, gerando desconforto e ausência de uma aprendizagem significativa.

Ora, os profissionais que lidam com a educação, em geral, sentem-se impreparados para atuarem com os desentendimentos e as brigas entre alunos e, sobretudo entre alunos e professores. Constata-se a dificuldade que o professor tem de realizar seu trabalho que, entre outras atribuições, implica o ensino dos conteúdos programáticos para que a aprendizagem chegue a todos os alunos. E, na maioria das vezes, os professores sentem-se frustrados por não encontrarem soluções concretas para a solução dos problemas, situação que se agrava cada vez mais devido à falta de conhecimento e alternativas para enfrentar os conflitos e devido à capacidade limitada de uns e outros para viverem com as diferenças sociais.

Porém, a escola como um todo deve encarar estes desafetos como momentos presentes no cotidiano de cada sala de aula ou de cada escola que “dão pistas” sobre o que os alunos precisam aprender e, dessa forma, as desavenças devem ser encaradas como positivas e necessárias, mesmo que desgastantes. De fato, é bom lembrar que as pessoas não são iguais e que as diferenças servem para enriquecer a vida, para trazer experiências de convivência que nos acrescentam valores éticos e morais, desde que sejam vistas dessa forma. Importa olhar para o outro de forma crítica, mas respeitando seu jeito de ser. Na verdade o que o outro tem que mais nos incomoda é aquilo que gostaríamos de ter ou ser igual e, como não o conseguimos, criamos resistências em aceitar que o outro o alcance. Estas considerações são especialmente importantes na educação fundamental, uma vez que os alunos estão conhecendo e construindo os seus valores e a sua capacidade de gerir o próprio capital humano.

Para responder a esta problemática esta pesquisa averiguou-se necessária. Mais precisamente, a problemática deste trabalho centra-se nas relações interpessoais, não só entre professor e aluno, mas também entre os próprios alunos, procurando captar as atitudes e verbalizações no cotidiano escolar, as normas de convivência adotadas pela escola e os valores básicos humanos que são veiculados entre os sujeitos da comunidade escolar.

5.2 Objetivos de Estudo

A realidade que se observa na instituição escolar, palco deste trabalho, mostra a importância de uma educação em valores articulada com os conteúdos curriculares indispensáveis à construção da personalidade dos futuros cidadãos e cidadãs, comprometidos com a justiça, igualdade e valorização dos direitos humanos. Dito de outro modo, a introdução de valores no espaço escolar significa enfrentar o desafio de instalar no processo de ensino e de aprendizagem uma constante atitude crítica de reconhecimento dos limites e possibilidades do sujeito envolvido, conseguindo assim melhorar a sua aprendizagem, de modo que se sinta acolhido e aceito com respeito, responsabilidade e solidariedade.

O *objetivo geral* deste estudo é portanto analisar a socialização dos valores básicos humanos veiculados entre professores e alunos do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal por meio da participação e convivência no ambiente escolar. Mais precisamente, pretendemos caracterizar a tipologia de valores, observar como são veiculados e socializados esses valores básicos e universais para a sobrevivência humana e como são promovidos e compreendidos no meio e na prática educativa.

Assim, são *objetivos específicos* desta pesquisa:

1. Identificar as prioridades valorativas dos alunos e professores na prática educativa, através da observação da sua participação e convivência no ambiente escolar;
2. Estimular a participação e a convivência ativa dos alunos na escola e na comunidade em que estão inseridos, através da promoção de ações reflexivas sobre os valores básicos humanos e sobre os princípios democráticos que regem a vida em sociedade;
3. Avaliar, de forma qualitativa e quantitativa, os valores básicos humanos identificados através de procedimentos metodológicos adequados.

5.3 *Locus de estudo*

5.3.1 O município



Cabedelo - PB - UM PEQUENO CABO - (Foto: Internet).

O município onde se situa a escola selecionada para este trabalho, segundo núcleo de colonização do Estado da Paraíba, possui tradições históricas de grande beleza.

Seu nome, Cabedelo, que significa pequeno Cabo, provém das dunas de areia fina e alva que se formam em suas praias. Trata-se de uma cidade portuária, aliás, única existente nesta condição no Estado de Federação Paraibana, fundada no século XVI e localizada na região metropolitana de João Pessoa numa península entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba. Tem uma área de 31,42 km², tendo uma forma singular com 18 km² de extensão por

03 km² de largura. Possui 63.035 habitantes aproximadamente, segundo censo 2012. É neste município que começa a BR 230, conhecida como Transamazônica.

Entre as suas atividades econômicas, predominam, por ordem, o comércio, inclusive o de derivados de petróleo, os serviços de operações portuárias, a pesca, a indústria e o turismo.

O município se encontra em segundo lugar no ranking do índice de Desenvolvimento Humano Municipal –⁹ IDHM com 0.782 de renda em 2013. Apesar de possuir um PIB (Produto Interno Bruto) bastante elevado, não tem saneamento básico e cerca de 50% da população reside em palhoças e casas de palafitas, tendo como rendimento familiar o Programa Bolsa Família.

Atualmente, encontra-se unificada a malha perimetral urbana da capital paraibana, João Pessoa, e serve como uma cidade dormitório.

A educação deste município tem parceria com o PNAIC – Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, mas ainda há distorção na idade série no contexto escolar. No ranking municipal pelo IDH-M de Educação está na posição nº 4 – 11º em relação ao ranking nacional e estadual.

5.3.2 A Escola

Constituiu universo desta pesquisa uma escola pública municipal situada numa periferia carente do município de Cabedelo/Paraíba.

Sua missão é respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de suas famílias, fortalecendo a conduta humana e os valores aprendidos, orientando-os quanto à criticidade, a sensibilidade, a contestação social, e a criatividade. Mais precisamente, visa formar seres humanos com dignidade, que saibam analisar e interpretar a realidade em toda a sua complexidade, situando-se na sociedade e posicionando-se na busca de alternativas para transformá-la.

A escola oferece o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano com horário integral. Atende uma população residente nos bairros circunvizinhos, contando no ano letivo de 2013 com 159 alunos matriculados.

O currículo escolar está disfazado se compararmos o que a escola ensina com o que os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados nos anos 90 propõem. No entanto, a razão de ser da escola, a incumbência de educar os alunos formalmente, não é uma tarefa descartada,

⁹ Fonte: FAMUP-Federação das associações de municípios da Paraíba.

há um esforço coletivo dos educadores, apesar da influência da mídia eletrônica na formação cognitiva e de valores humanos.

A relação da escola com a família não mantém um vínculo permanente, há distanciamento quanto ao acompanhamento do ensino e da aprendizagem para que o aluno possa opinar, assumir responsabilidades sobre as suas oportunidades, valorizando o conceito de dignidade, traduzido pela cooperação e pelo respeito mútuo.

Escolhemos esta escola para analisar a veiculação e socialização dos valores básicos humanos por serem detectados conflitos interpessoais, ausência de respeito mútuo de solidariedade e baixa-autoestima nos alunos, o que dificulta o trabalho dos professores.

Porém, consistentes com esta perspectiva, os esforços da instituição de ensino visam construir e concretizar um projeto pedagógico que parta do entendimento que o tempo e o espaço escolar de convivências se pautem pela participação e pela ética em favor do respeito e da dignidade dos seus agentes sociais.

5.4 Método

5.4.1 Participantes

A população referência deste estudo foram 127 alunos matriculados numa faixa etária dos 10 aos 16 anos e os seus 8 professores das disciplinas curriculares distribuídos nas turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, assim como os membros da direção, da supervisão e demais trabalhadores da escola sem distinção de gênero, compartilhando características em comum.

Tabela 1. Distribuição dos alunos por gênero, idade e nível escolar

Nível escolar	Gênero		Idade			Total
	Feminino	Masculino	10-11 anos	12-14 anos	15-16 anos	
6º ano	18 (51,4%)	17 (48,6%)	23(65,7%)	12 (34,3%)	00 (0,0%)	35
7º ano	22 (57,9%)	16 (42,1%)	02 (5,3%)	30 (78,9%)	06 (15,8%)	38
8º ano	19 (59,4%)	13 (40,6%)	00 (0,0%)	23 (72,0%)	09 (28,0%)	32
9º ano	12 (55,0%)	10 (45,0%)	00 (0,0%)	06 (27,3%)	16 (72,7%)	22

Fonte: Secretaria da Escola pesquisada

Esta amostragem foi de conveniência não probalística, classificada intencionalmente por acessibilidade, subordinada a objetivos específicos do investigador, construída pela seleção de indivíduos considerados representativos, uma vez que, os participantes solicitados concordaram em fazer parte da pesquisa.

A classificação das variáveis quantitativas apresentadas na Tabela 1 caracteriza os alunos que constituem a nossa população, através de documentação direta obtida nos registros da escola alvo deste estudo. A estatística descritiva ajuda na percepção de gênero, faixa etária e quantificação claramente definida:

- 1- Nas quatro turmas observa-se que o gênero feminino prevalece em maior quantidade;
- 2- No 6º ano, 65,7% dos alunos estão na faixa etária adequada a este nível de escolaridade;
- 3- No 7º ano, 78,9% dos alunos estão na faixa etária adequada, mas 15,8% dos alunos desta turma estão fora da idade/série;
- 4- No 8º ano, 72,0% dos alunos obedece a uma faixa etária regular, no entanto 28,0% encontram-se totalmente com distorção da idade/série;
- 5- No 9º ano, 72,7% dos alunos estão acima da faixa etária adequada para este nível de escolaridade, não se apresentando em conformidade com a meta do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei 10.172/2001, ou seja, assegurar o sistema de ensino fundamental em nove anos, iniciando aos seis anos e terminando aos quatorze anos de idade;
- 6- Ao longo do período de escolaridade nos anos finais do Ensino Fundamental, a percentagem de indivíduos que atingem a meta de conclusão chega apenas nesta amostragem com indicador de 62,9%.

Quanto aos professores que participaram no estudo, 6 são do gênero feminino numa faixa etária dos 26 aos 46 anos, distribuídos nas disciplinas de História, Língua Portuguesa, Ciências, Inglês e Arte. Do gênero masculino são 3 professores com faixa etária entre 27 e 36 anos, ministrando as disciplinas de Geografia, Educação Física e Matemática. Estes docentes são especialistas nas suas áreas de atuação.

No que diz respeito ao local de residência desta população pesquisada, com características conhecidas, todos os alunos vivem nas adjacências da escola com seus pais e/ou familiares. Quanto aos professores, apenas um professor reside na comunidade vizinha à escola, os demais residem em outros bairros do município ou em João Pessoa.

5.2.1 Instrumentos e Procedimentos

Esta pesquisa tem uma natureza exploratória e descritiva. Exploratória segundo Dencker (2001, p.59) “por ser uma investigação empírica, tendo por finalidade refinar conceitos, enunciar hipóteses sobre o assunto em questão”. E descritiva conforme Samara e Barros (2002, p.30), porque “procura descrever situações a partir de dados primários, obtidos originalmente por meio de entrevistas pessoais ou discussões, relacionando as hipóteses levantadas na definição do problema da pesquisa”.

Considerando a natureza das variáveis estudadas, o presente estudo pode ser classificado como uma pesquisa qualiquantitativa que, de acordo com Seabra (2001, p.54), se caracteriza “pelo processo de quantificação, tanto no processo de coleta de informação, como no tratamento destas por meio de técnicas estatísticas e procedimentos matemáticos [...] intencionando garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação”.

Vimos que a fase inicial deste trabalho se centrou numa revisão de literatura para a obtenção de maior conhecimento teórico a respeito dos conflitos de valores hipoteticamente vivenciados no cotidiano dos nossos participantes, definindo o campo da pesquisa e selecionando os sujeitos-alvo.

Em primeiro lugar, para analisar os valores básicos humanos deste grupo de estudantes adolescentes e dos seus professores e estabelecer um diagnóstico real do problema a estudar foi necessário implementar os seguintes procedimentos:

- 1- Após a apresentação do projeto, a discussão dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos a adotar, apresentei a direção da escola um Termo de Consentimento e Livre Esclarecido, solicitando autorização para o desenvolvimento da pesquisa, cujo documento consta no Apêndice “A”. Prontamente a solicitação, a direção da escola autorizou a realização do trabalho conforme documento constante no Anexo “A”.
- 2- Para captar a vivência social dos alunos na escola, foi solicitada um relato espontâneo e individual, onde os participantes (alunos) relataram suas histórias de vida tanto na família, quanto na escola. Exemplo destes relatos consta do Anexo “B e C” e a sua totalidade no CD anexo a esta dissertação.
- 3- Da observação livre e contato com as turmas de alunos sentiu-se de perto as necessidades, os problemas, principalmente dos alunos que na maioria do tempo, convergiam para tumultuar e desequilibrar o ambiente de aprendizagem dentro e fora da sala de aula.

- 4- Para se organizar e registrar as observações, criou-se um ¹⁰documento destinado a registrar os fatos ocorridos no dia a dia escolar dos jovens adolescentes, seus professores e demais profissionais da escola, como por exemplo: indisciplina, não cumprimento das normas escolares, respeito mútuo, aspectos solidários e cooperativos, a qualidade e a quantidade de valores básicos humanos veiculados, dentro e fora das salas de aula. Exemplo deste documento constará no Apêndice “B” e a sua totalidade no CD anexo a esta dissertação.
- 5- Em segundo lugar, a partir dos registros efetuados no documento no dia a dia na comunidade escolar foi possível implementar os seguintes procedimentos.
 - 1- Realizar uma reunião com os professores, supervisores e a gestora apresentando as observações do dia a dia escolar, com a intenção de mobilizar e intensificar a sua adesão nesta pesquisa;
 - 2- Abordar os anseios dos alunos, gerando uma pauta de otimismo e de mobilização para o nosso projeto de intervenção-ação educativa.
 - 3- Promover a compreensão e participação dos profissionais de educação da escola, tornando o projeto uma ferramenta fundamental de ajuda e de procedimentos estratégicos para a construção efetiva de valores éticos desejáveis, tais como a justiça, a igualdade, a solidariedade e uma melhor convivência social;
 - 4- Mediante as discussões produzidas na referida reunião, os professores concordaram em inserir nos seus conteúdos curriculares atividades relativas a valores básicos humanos adotando nas suas aulas vivências valorativas destinadas a promover mudanças nos comportamentos de violência na sala de aula, como o *bullying*, uso de palavras de baixo calão, falta de respeito pelos pares e professores.

Em terceiro lugar, na sua prática diária, os professores puderam planejar livremente dinâmicas diversas, abordando temas como: respeito, solidariedade, disciplina, responsabilidade, compromisso, ética e cidadania que permitissem aos alunos e professores exporem suas opiniões refletindo, principalmente, sobre a importância da vida em comunidade, seus próprios comportamentos, atitudes e controle emocionais diante das adversidades. Esta estratégia ocorria sempre no início das aulas.

Além disso, procurou-se dimensionar diálogos, onde os professores procuravam deixar de lado o medo de perderem o comando para trabalharem de maneira colaborativa, utilizando estratégias e recursos, democratizando os conhecimentos e experiências, mudando o

¹⁰Instrumento que possibilita o registro das etapas de desenvolvimento dos sujeitos da pesquisa durante o período da investigação.

relacionamento interpessoal, criando um clima afetivo, responsável, dimensionando as características humanas e estreitando a igualdade nas diversidades.

Em quarto lugar, a gestão escolar instituiu na escola a proibição do uso do celular na sala de aula, o uso obrigatório do uniforme escolar e atividades cívicas destinadas a promover o civismo e o patriotismo. Assim, foram implementados momentos cívicos com o cântico do Hino Nacional Brasileiro e apresentações ecumênicas para todos os participantes em um dia da semana.

Estes procedimentos foram estendidos às famílias de forma democrática, com o objetivo de inseri-las no projeto. Foram informadas das ações valorativas desenvolvidas na escola. Conhecedoras dos valores humanos que se veiculavam na instituição educativa, mães e pais participaram das orações ecumênicas, prestigiaram as reuniões, reconhecendo que a escola é uma extensão da família.

Em quinto lugar, após estudos dos itens valorativos em todas as turmas, através de apresentação de vídeos, textos informativos e discussão dialogada, foi elaborado e aplicado a todos os alunos participantes, do 6º ao 9º-ano de escolaridade, o Questionário de Valores Básicos (QVB), que consta no Apêndice “C”, destinado a avaliar e conhecer os valores básicos humanos que são veiculados entre alunos/alunos, professores/alunos no cotidiano escolar.

Este instrumento de pesquisa baseou-se em Gouveia (2003; Gouveia *et al.*, 2013, p.155), segundo o qual: “A versão utilizada hoje em dia é formada por dezoito valores ou itens específicos”. A estrutura do modelo de Gouveia prediz que os valores se situem entre os sociais e pessoais por serem coerentes na dimensão do tipo de orientação e motivação. Contudo, a observação e convivência com estes participantes levaram-nos a adaptar apenas os dez itens que nos pareceram mais frequentes e adequados para o nosso Questionário de Valores Básicos (QVB): igualdade, afetividade, convivência, honestidade, responsabilidade, apoio social, respeito, lealdade, obediência e cooperação.

Os participantes foram então confrontados com os 10 itens acima referidos organizados numa escala tipo Likert de 3 pontos, (1) *Sem Importância* (2) *Menos Importante* (3) *Muito Importante* e com a instrução: *Qual a importância destes valores para sua vida?*

No momento da aplicação do questionário, foram explicados aos alunos os objetivos do estudo e que sua participação seria voluntária, sem a implicação de qualquer dano, seja ele físico ou psicológico, bem como que o seu envolvimento nesta atividade poderia ser interrompido a qualquer momento. Deixou-se claro que as respostas seriam mantidas em

sigilo, utilizando-se apenas o resultado da turma e que não haveria identificação dos participantes.

Durante a coleta dos dados, as intervenções feitas foram unicamente para prestar esclarecimentos de forma e nunca de conteúdo, com a finalidade de evitar diferentes conotações ou significados que pudessem comprometer as respostas dos sujeitos pesquisados.

CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para identificar o nível de conhecimento dos estudantes utilizamos o Questionário de Valores Básicos (QVB), um instrumento de coleta de dados que, de acordo com Mattar (2001, p.104), “é o documento através do qual as perguntas e questões são apresentadas aos respondentes e onde são registradas as respostas e os dados obtidos”. Explica que “a cada item de resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude dos respondentes em relação a cada afirmação”. Elaboramos assim um questionário que, segundo Malhotra (2006, p. 290), “é uma técnica estruturada para coleta de dados que consiste em uma série de perguntas escritas ou orais, que um entrevistado deve responder”.

Fundamentado no conjunto dos elementos obtidos nos questionamentos, utilizou-se o princípio da análise de respostas para essas questões, tendo como finalidade esclarecer suas diferentes características e extrair suas significações.

Como vimos (cf. Capítulo V), o Questionário de Valores Básicos (QVB) foi constituído de 10 itens que descreveu os valores e que a observação livre indicou como mais frequentes entre os nossos participantes e pela questão: *Qual a importância destes valores para sua vida?* Os participantes foram então solicitados a responder a esta questão numa escala, tipo Likert, onde os entrevistados deviam indicar o seu grau de concordância ou discordância relativa a cada um dos valores medidos, considerando 3 níveis possíveis: (1) *Sem Importância* (2) *Menos Importante* (3) *Muito Importante*.

Para o tratamento estatístico utilizou-se o *software* Excel 2000, limitando-nos a proceder a uma análise descritiva e qualitativa dos resultados obtidos.

6.1 Apresentação e análise qualitativa dos resultados para a totalidade da amostra

A Tabela 2 apresenta a frequência relativa ao número e percentagem, de respostas fornecidas ao Questionário de Valores Básicos Humanos (QVB), para cada item, pelos 35 alunos do 6º ano de escolaridade indagados em função do nível de importância atribuído.

Tabela 2 - Frequência das respostas dos alunos do 6º ano de escolaridade por item e por nível de importância

Valores	Sem importância	Menos importante	Muito importante
Igualdade	12 (34,3%)	19 (54,3%)	04 (11,4%)
Afetividade	15 (42,9%)	13 (37,1%)	07 (20,0%)
Convivência	16 (45,7%)	13 (37,1%)	06 (17,2%)
Honestidade	19 (54,3%)	12 (34,3%)	04 (11,4%)
Responsabilidade	14 (40,0%)	08 (22,9%)	13 (37,1%)
Apoio social	29 (82,9%)	05 (14,3%)	01 (02,8%)
Respeito	15 (42,8%)	17 (48,6%)	03 (08,6%)
Lealdade	17 (48,6%)	07 (20,0%)	11 (31,4%)
Obediência	09 (25,7%)	16 (45,7%)	10 (28,6%)
Cooperação	13 (37,1%)	15 (42,9%)	07 (20,0%)

A análise da Tabela 2 mostra, em primeiro lugar, que a classificação *Muito Importante* é sistematicamente a menos frequente, variando entre 2,8% a 37,1% das respostas obtidas. Contudo, os participantes atribuem mais este nível de importância aos itens Responsabilidade (37,1%), Lealdade (31,4%), Obediência (28,6%), Afetividade e Cooperação (20% respectivamente).

Em segundo lugar, a classificação *Sem Importância* é globalmente mais frequente do que *Menos Importante*, uma diferença particularmente acentuada nos itens Apoio social (82,9% versus 14,3%), Honestidade (54,3% versus 34,3%), Lealdade (48,6% versus 20,0%) e Responsabilidade (40,0% versus 22,9%).

Em terceiro lugar, a classificação *Menos Importante* é particularmente mais frequente do que *Sem Importância* nos itens Igualdade (54,3% versus 34,3%) e Obediência (45,7% versus 25,7%).

Em síntese, a Tabela 2 mostra que mais de 50% dos participantes do 6º ano de escolaridade tendem a desprezar o Apoio Social e a Honestidade (*Sem Importância*, 82,9% e 54,3% respectivamente), enquanto a Obediência, Igualdade, Cooperação e Responsabilidade são os valores que globalmente merecem uma classificação mais positiva (*Menos Importante e Muito Importante*, 74,3% a 60%).

A Tabela 3 apresenta a frequência relativa, ao número e percentagem, de respostas fornecidas ao Questionário de Valores Básicos Humanos (QBV), para cada item, pelos 38 alunos do 7º ano de escolaridade indagados em função do nível de importância atribuído.

Tabela 3 - Frequência das respostas dos alunos do 7º ano de escolaridade por item e por nível de importância

Valores	Sem importância	Menos importante	Muito importante
Igualdade	08 (21,0%)	11 (29,0%)	19 (50,0%)
Afetividade	08 (21,0%)	18 (47,4%)	12 (31,6%)
Convivência	06 (15,8%)	13 (34,2%)	19 (50,0%)
Honestidade	10 (26,3%)	15 (39,5%)	13 (34,2%)
Responsabilidade	06 (15,8%)	11 (29,0%)	21 (55,2%)
Apoio social	22 (57,9%)	08 (21,0%)	08 (21,0%)
Respeito	06 (15,8%)	15 (39,5%)	17 (44,7%)
Lealdade	15 (39,4%)	11 (29,0%)	12 (31,6%)
Obediência	04 (10,5%)	19 (50,0%)	15 (39,5%)
Cooperação	11 (29,0%)	17 (44,7%)	10 (26,3%)

A análise da Tabela 3 mostra, em primeiro lugar, que a classificação *Muito Importante* determina uma frequência de respostas que oscila entre 21% a 55,2%. Todavia, os participantes indagados conferem mais este nível de importância aos itens: Responsabilidade (55,2%), Igualdade e Convivência (50% respectivamente) e Respeito (44,7%).

Em segundo lugar, a classificação *Menos Importante*, é tendencialmente menos frequente do que *Muito Importante*, particularmente nos itens Igualdade (29,0% versus 50,0%), Responsabilidade (29,9% versus 55,2%) e Convivência (34,2% versus 50,0%). Contudo, a cotação *Menos Importante* recolhe mais respostas do que a *Muito Importante* em Obediência (50,0% versus 39,5%), Cooperação e Afetividade (47,4% versus 31,6% e 26,3% respectivamente).

Em terceiro lugar, a classificação *Sem Importância* é globalmente a menos frequente, variando entre 10,5% a 29,0% das respostas à maioria dos itens, à exceção de Apoio Social e Lealdade que recolhem respectivamente 57,9% e 39,4% das respostas.

Em síntese, a Tabela 3, mostra que mais ou menos 50,0% dos alunos do 7º ano tendem a desprezar o Apoio Social e a Lealdade (*Sem Importância* 57,9 e 39,4% respectivamente), enquanto a Obediência, Responsabilidade, Respeito, Convivência, Igualdade, Afetividade e Cooperação são os valores que recolhem uma classificação globalmente mais positiva (*Menos Importante e Muito Importante* de 89,5% a 70,7%).

A Tabela 4 apresenta a frequência relativa, ao número e a percentagem de respostas fornecidas ao Questionário de Valores Básicos Humanos (QBV), para cada item, pelos 32 alunos do 8º ano de escolaridade indagados, em função do nível de importância atribuído.

Tabela 4 - Frequência das respostas dos alunos do 8º ano de escolaridade por item e por nível de importância

Valores	Sem importância	Menos importante	Muito importante
Igualdade	04 (12,5%)	08 (25,0%)	20 (62,5%)
Afetividade	05 (15,6%)	09 (28,1%)	18 (56,3%)
Convivência	07 (21,9%)	12 (37,5%)	13 (40,6%)
Honestidade	03 (09,4%)	07 (21,9%)	22 (68,7%)
Responsabilidade	06 (18,7%)	08 (25,0%)	18 (56,3%)
Apoio social	11 (34,4%)	15 (46,9%)	06 (18,7%)
Respeito	04 (12,5%)	09 (28,1%)	19 (59,4%)
Lealdade	11 (34,4%)	06 (18,7%)	15 (46,9%)
Obediência	09 (28,1%)	12 (37,5%)	11 (34,4%)
Cooperação	06 (18,7%)	03 (09,4%)	23 (71,9%)

A análise da Tabela 4 apresenta em primeiro lugar, que a classificação *Muito Importante* é a que apresenta maior preferência dos participantes, com uma frequência que varia entre 18,7% a 71,9%. A tabela mostra ainda que os participantes elegem mais frequentemente os itens Cooperação (71,9%), Honestidade (68,7%), Igualdade (62,5%), Respeito (59,4%), Afetividade e Responsabilidade (56,3% respectivamente). Contudo, os itens Convivência, Lealdade e Obediência não alcançaram 50,0% das respostas.

Em segundo lugar, a classificação *Menos Importante* apresenta geralmente menos frequência do que *Muito Importante*, particularmente nos itens Cooperação (09,4% *versus* 71,9%), Honestidade (21,9% *versus* 68,7%), Igualdade, Responsabilidade e Respeito (25,0% *versus* 62,5% e 56,3% e 28,1% *versus* 59,4%, respectivamente), Lealdade e Afetividade

(18,7% *versus* 46,9% e 28,1% *versus* 56,3%, respectivamente). Entretanto, a categoria *Menos Importante* mostra maior frequência em relação à categoria *Muito Importante* em Apoio social (46,9% *versus* 18,7%).

Em terceiro lugar a classificação *Sem importância* é sistematicamente a menos frequente, variando entre 09,4% a 34,4% das respostas. Porém, é interessante notar que a maioria dos participantes tende a atribuir pouca importância ao Apoio social (34,4% e 46,9% *versus* 18,7%, respectivamente para as três categorias).

Em síntese, a Tabela 4 mostra que mais de 50% dos alunos do 8º ano de escolaridade indagados atribuem a classificação *Muito importante* aos valores Cooperação, Honestidade, Igualdade, Afetividade, Respeito e Responsabilidade (56,3% a 71,9% das respostas), enquanto o Apoio social, a Obediência e a Lealdade recolhem maioritariamente a classificação *Sem Importância* e *Menos Importante* (81,3% a 53,1% das respostas).

A Tabela 5 apresenta a frequência relativa, ao número e a percentagem de respostas fornecidas ao Questionário de Valores Básicos Humanos (QVB), para cada item, pelos 22 alunos do 9º ano de escolaridade indagados, em função do nível de importância atribuído.

Tabela 5 - Frequência das respostas dos alunos do 9º ano de escolaridade por item e por nível de importância

Valores	Sem importância	Menos importante	Muito importante
Igualdade	01 (04,5%)	03 (13,7%)	18 (81,8%)
Afetividade	01 (04,5%)	05 (22,7%)	16 (72,8%)
Convivência	02 (09,1%)	02 (09,1%)	18 (81,8%)
Honestidade	01(04,5%)	06 (27,3%)	15(68,2%)
Responsabilidade	00 (00,0%)	01 (04,5%)	21 (95,5%)
Apoio social	03 (13,7%)	05 (22,7%)	14 (63,6%)
Respeito	01(04,5%)	03(13,7%)	18 (81,8%)
Lealdade	02(09,1%)	06 (27,3%)	14 (63,6%)
Obediência	05 (22,8%)	07 (31,8%)	10 (45,4%)
Cooperação	00 (00,0%)	01 (04,5%)	21 (95,5%)

A análise da Tabela 5 mostra que a classificação *Muito Importante* é sistematicamente a mais frequente, variando entre 45,4% a 95,5%. Mais precisamente, os participantes atribuem

mais este nível de importância aos itens Responsabilidade e Cooperação (95,5%, respectivamente), Igualdade, Convivência e Respeito (81,8%), Afetividade, Honestidade, Apoio Social e Lealdade (72,8% a 63,6%).

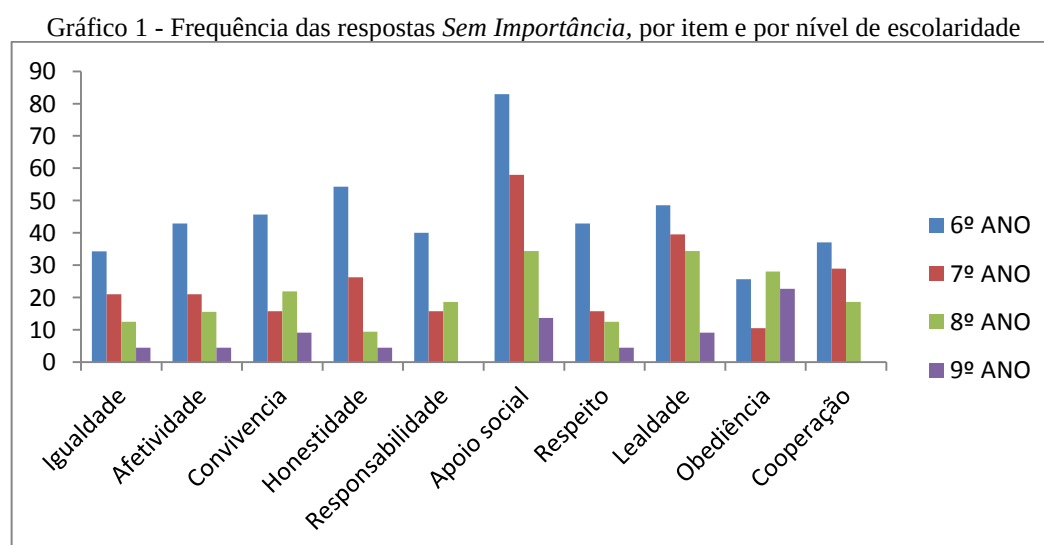
Em segundo lugar, a classificação *Menos Importante* é globalmente mais frequente do que *Sem Importância*, particularmente nos itens Honestidade (27,3% versus 4,5%), Afetividade (22,7% versus 4,5%) e Lealdade (27,3% versus 9,1%).

Em terceiro lugar, a classificação *Sem importância* não excede 15% das respostas, exceto para o item Obediência (22,8%).

Sintetizando, na Tabela 5 observa-se que no 9º Ano de escolaridade a maioria dos participantes tendem a ignorar a categoria *Sem importância*, enquanto a categoria *Muito Importante* representa 75,0% das respostas.

6.2 Apresentação e análise qualitativa dos resultados por categoria e por nível escolar

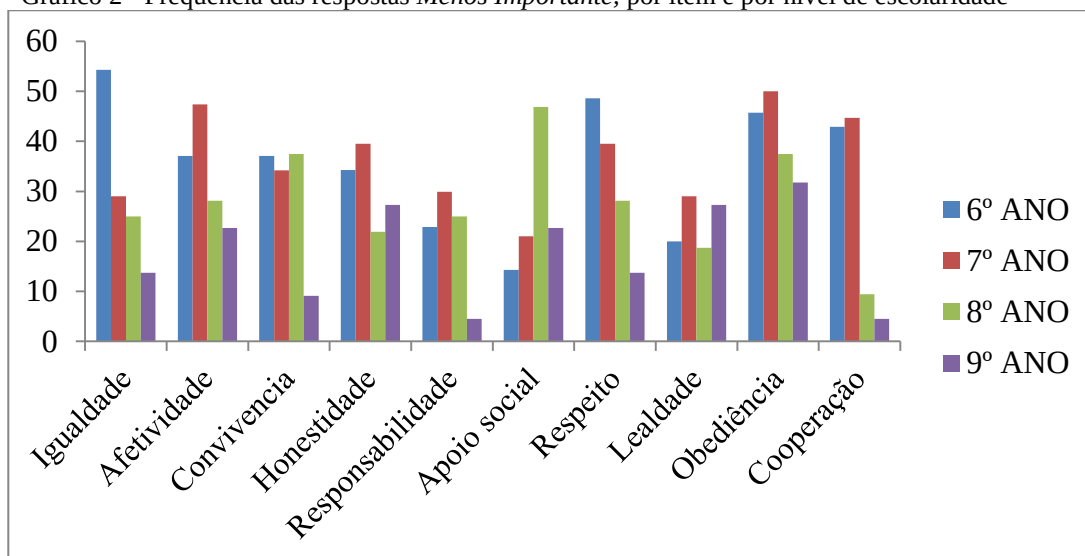
Considerando que a análise qualitativa dos resultados sugere que a atribuição das categorias *Sem Importância*, *Menos Importante* e *Muito Importante* tende a mudar com o nível de escolaridade dos nossos participantes, os Gráficos 1, 2 e 3 comparam as frequências relativas das respostas classificadas em cada uma destas categorias, fornecidas no 6º, 7º, 8º e 9º anos de escolaridade para cada um dos itens do Questionário de Valores Básicos Humanos (QVB).



O Gráfico1 mostra que a atribuição *Sem Importância* tende a diminuir do 6º ao 9º ano de escolaridade. Por um lado, esta categoria recolhe, no 6º ano, 25,7% a 82,9% das respostas; no 7º ano, 10,5% a 58,0% das respostas; no 8º ano, 09,4% a 34,4% das respostas; e no 9º ano, 00,0% a 22,7% das respostas. Por outro lado, na maioria dos itens, esta categoria registra uma diminuição tendencialmente progressiva do 6º ao 9º anos de escolaridade (exceto para Convivência e Obediência, cujas frequências aumentam ligeiramente do 7º ao 8º anos).

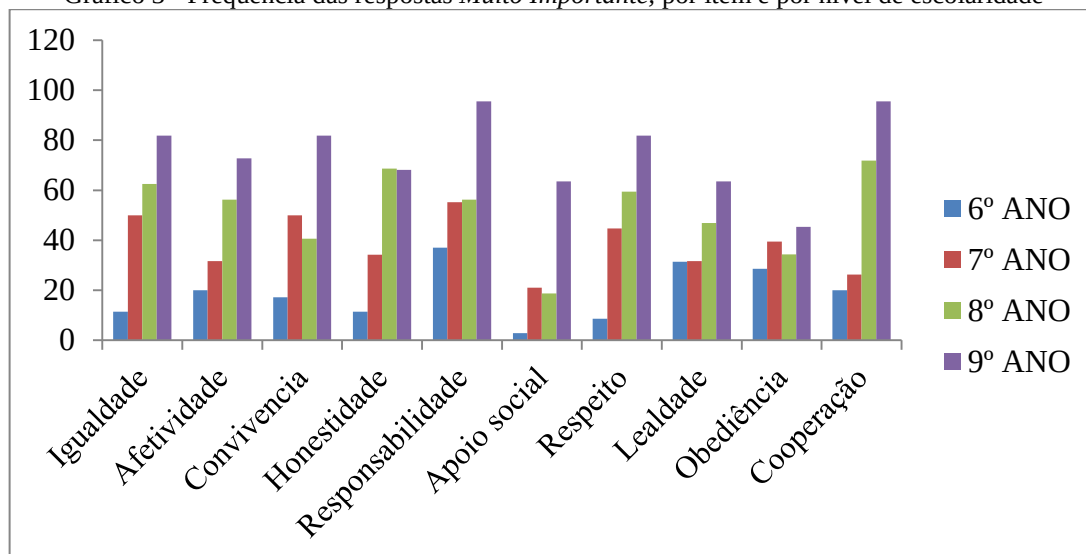
O Gráfico 1 mostra ainda que a variação com o nível escolar e particularmente acentuada nos itens Apoio Social (82,9%, 58,0%, 34,4% e 13,7%, nos 6º, 7º, 8º e 9º anos respectivamente), Honestidade (54,3%, 26,3%, 9,4% e 4,5%), Lealdade (48,6%, 39,5%, 34,4%, 9,1%), assim como Responsabilidade e Cooperação (6º ano 40,0% e 37,1% versus 0% no 9º ano). Contudo, no item Obediência a classificação *Sem Importância* parece insensível ao aumento da escolaridade, registrando 25,7% das respostas no 6ºano, 10,5% no 7º ano, 28,1% no 8º ano e 22,7% no 9º ano.

Gráfico 2 - Frequência das respostas *Menos Importante*, por item e por nível de escolaridade



O Gráfico2 mostra que a atribuição *Menos Importante* tende a diminuir do 6º ao 9º ano de escolaridade, uma tendência que é sistemática interníveis escolares nos itens Igualdade (6º ano, 54,3% versus 7º ano, 29,0% versus 8º ano, 25,0% versus 9º ano, 13,7%) e Respeito (6º ano, 48,6% versus 7º ano, 39,5% versus 8º ano, 28,1% versus 9º ano, 13,7%). Por outro lado, nos itens Afetividade, Honestidade, Responsabilidade, Lealdade, Obediência e Cooperação, esta categoria recolhe no 7º ano a maior percentagem de respostas (50,0% a 29,0%) e, no 8º ano, no item Apoio social registra (46,9%).

Gráfico 3 - Frequência das respostas *Muito Importante*, por item e por nível de escolaridade



O Gráfico 3 mostra uma acentuada progressão da categoria *Muito Importante* do 6º ao 9º ano de escolaridade em todos os itens analisados, uma tendência que é sistemática interníveis escolares nos itens Igualdade (6º ano 11,4%, 7º ano 50,0%, 8º ano 62,5% e 9º ano 81,8%); Afetividade (6º ano 20,0%, 7º ano 31,6%, 8º ano 56,3% e 9º ano 72,8%); Respeito (6º ano 08,6%, 7º ano 44,7%, 8º ano 59,4% e 9º ano 81,8%) e Cooperação (6º ano 20,0%, 7º ano 26,3%, 8º ano 71,9% e 9º ano 95,0%). Por outro lado, nos itens Afetividade e Cooperação a frequência desta categoria permanece relativamente estável no 6º e 7º anos (Afetividade, 20% e 31,6%; Cooperação, 20%, 26,2% respectivamente) e tende a aumentar de forma mais acentuada só a partir do 8º ano (Afetividade, 56,3% e Cooperação 71,9%). Pelo contrário, nos restantes itens, verifica-se uma tendência para esta categoria se tornar acentuadamente mais frequente no 7º ano (21% a 50% versus 2,8% a 37,1% no 6º ano), estabiliza entre o 7º e o 8º anos e volta a aumentar no 9º ano de escolaridade.

CONCLUSÃO

Compreendendo-nos como seres inacabados inseridos em um permanente processo social de busca, como indica a epígrafe, não há como apresentarmos neste estudo uma conclusão, mas conclusões provisórias. Trata-se, antes de tudo, de um balanço, uma interrupção, uma pausa imprescindível nesta simbólica travessia para refletirmos sobre nossos achados. Uma condição que nos impõe necessariamente a continuidade da busca, que neste momento está apenas começando. Aprendemos com Freire (1996, p.53) que a história que construímos faz parte de “um tempo de possibilidades e não de determinismo”.

Durante o percurso desta investigação, vivenciei os problemas norteadores detectados como conflitos interpessoais, ausência do respeito mútuo, da solidariedade e baixa-autoestima nos alunos e professores, dificultando o processo do ensino e da aprendizagem.

Verifiquei também empenho satisfatório da comunidade escolar na obtenção de instrumentos que possibilitaram evidenciar o quantitativo de participantes, emergindo a cooperação na busca de alternativas viabilizadoras, considerando os problemas da comunidade escolar, priorizando reflexão/ação do trabalho educativo. Cabe reconhecer nesse processo, como ponto importante, o esforço e o envolvimento da maioria dos participantes nessa ação, com destaque para os alunos, professores e para a coordenação pedagógica.

Tendo a escola característica acolhedora, reflete-se no seu interior a vida cotidiana dos alunos e dos professores. Por um lado, é considerado um espaço dos mais variados conflitos. Mas, por outro lado, é um espaço de consciencialização, onde o sujeito aprende novas atitudes apoiadas nos princípios de participação, igualdade e respeito pela diversidade, princípios que fundamentam uma visão humanista da pessoa e a construção de uma sociedade solidária.

Entretanto, apesar desse esforço e dos avanços que têm ocorrido na educação brasileira, percebemos ainda na escola uma grande dificuldade dos professores trabalharem com o aspecto emocional de seus alunos, uma vez que se mantém uma enorme preocupação com a dimensão intelectual dos jovens, acreditando que os princípios valorativos são construídos pela família para a vida em sociedade. Ora, as decisões e atos de cada pessoa devem ser guiados pelos conhecimentos que vai adquirindo, assim como pelas relações que desenvolve com os demais à sua volta, e é tudo isto que se refletirá num processo de transformação pessoal. Neste contexto, do ensino e da aprendizagem, o conhecer e reconstruir os saberes garantiu a este grupo em estudo, uma melhor orientação ao centrar-se nos valores humanos.

Compreendendo, ao longo deste trabalho, que os atos valorativos das pessoas enquanto sujeitos sociais estão ligados por culturas particulares em certos momentos históricos, variando, portanto, de acordo com cada sociedade e período de sua existência, buscou-se estimular o exercício de alteridade e identificação das prioridades valorativas dos alunos e professores. Para tanto, debruçamo-nos nos Pilares da Educação que, segundo Dellors (2003), facilitam o desenvolvimento educacional, ético, moral e social do ser humano, uma vez que existem pontos de interligação entre eles.

É efetivamente consensual que as pessoas aprendem nas interações sociais, onde as suas capacidades cognitivas e sociocognitivas são estimuladas através da troca de informação, de conhecimentos e valores, com vista à formação pessoal do indivíduo e para que haja respeito e, sobretudo, cooperação nas interações interpessoais que marcam o ambiente físico e humano.

As questões metodológicas abordadas foram baseadas na Teoria Funcionalista dos Valores Humanos aprimorada por Valdiney Gouveia, servindo de inspiração em trabalhos científicos tanto no Brasil como em outros países. A versão vigente dessa teoria representa uma tentativa de focar o aspecto funcional dos valores humanos, construindo um marco axiológico diferente e suas aplicações possíveis em diversas áreas da educação e da psicologia, mostrando como os valores básicos humanos podem variar em conteúdo, embora a estrutura subjacente seja presumivelmente universal. Além disso, esta Teoria Funcionalista dos Valores Humanos possibilitou compreender que os valores não se limitam ao tempo e ao espaço, pois eles têm sido os mesmos em sociedades primitivas, modernas e pós-modernas. Assim, assiste-se apenas à sua reordenação em razão das características dos indivíduos e das demandas sociais em cada período histórico.

O ensino e a aprendizagem de hoje integrados numa esfera comunitária pautada pelos paradoxos da modernidade, representados pelo uso indevido da mídia móvel na escola, pela inadequação do vestuário no ambiente educacional, por ausência de estrutura familiar e outros males sociais, exigem mais flexibilidade e objetivos mais claros, maior integração entre os grupos, mais pesquisas e abertura para a comunicação.

Assim sendo, uma educação em valores humanos permite uma maximização do desenvolvimento pessoal, educacional e cultural do indivíduo, abrindo um leque de possibilidades com a sua atuação no meio social através de suas ações e atitudes.

O maior propósito deste estudo pretendia que o grupo humano em estudo desenvolvesse a percepção do outro, utilizando os valores básicos humanos como elementos

fundamentais das transformações sociais e educacionais, realizando projetos comuns e respeitando-se mutuamente.

Acreditando na necessidade de construção e reconstrução de valores humanos frente à realidade educacional deste grupo, este estudo buscou destacar um novo olhar sobre a integridade, a cooperação, a responsabilidade, a tolerância e o respeito, expressando um conjunto de direitos e deveres essenciais à convivência coletiva.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela educação, uma das soluções estaria na aplicação dos valores humanos como intervenção para a convivência escolar, buscando antes de tudo uma formação interdisciplinar. Com efeito, é essencial que a escola assessorie sua comunidade estudantil na formação e construção de valores humanos juntamente com a família.

Ao observar os resultados, globalmente positivos desta pesquisa, podemos valorizar as perspectivas teóricas e metodológicas relativas à intervenção para a melhoria da formação cultural e moral dos alunos na escola, uma vez que o saber deve ser compartilhado, há que investir nos valores sociais, bem como nos morais que revelam a maturidade do ser humano.

Temos consciência de quanto este trabalho precisa ser compartilhado com outras pessoas, dando assim continuidade à formação para o desenvolvimento humano numa perspectiva existencial, criada por aprendizagens e experiências, estabelecidas pela igualdade de direitos e dando oportunidade à criação de hábitos valorativos e ao desenvolvimento do autoconhecimento.

Embora findando este estudo, acreditamos que a temática da socialização e veiculação dos valores básicos humanos entre alunos e professores em uma escola pública municipal brasileira continue a apontar caminhos possíveis para outros trabalhos, uma vez que os aspectos envolvidos no mesmo têm peso relevante no processo ensino/aprendizagem, seja para a formação individual e social quanto para a formação intelectual e coletiva.

BIBLIOGRAFIA

Alves, P. M. C. (2001); “Socializações e identidades docentes”.In Teixeira, M. (Org.). **Ser Professor no limiar do Século XXI**.Porto: ISET.

_____. (1995). **Sociologia da Escola**. Amadora: Ed. McGraw-Hill.

Amado, J. (2002). **Interações e Indisciplina na Escola**. Porto: Edições Asa.

Bastos, C. R. & Martins, I. G. (1988). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, v.1.

Brandão, C. R. (1993). **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense.28ª Edição. Coleção Primeiros Passos.

Brasil.(2011). **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE (2011/2020)**. Organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara,. (Série ação parlamentar nº 436).

Brasil.(2003). **A natureza motivacional dos valores humanos**: evidências acerca de uma nova tipologia. Estudos de Psicologia, 8, 431-443.

Brasil.(2001). **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990) Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 3ª Edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações,

Brasil.(1988). **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Senado.

Brasil. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96

Carvalho, J. P. O imaginário e o pensamento organizacional na obra de Edgar Morin: seus fundamentos antropológicos. In: **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, v.13, 1987, p.43-89.

Dayrell, J. T. (2007). Educação e Sociedade. **SciELO Brasil**.

_____. (1996). A escola como espaço sociocultural. In: **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br

Delors, J. (2003). **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez.

_____. (1998). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez.

Dencker, A. de F. M.; DaViá, S. C. (2001). **Pesquisa empírica em ciências humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura.

Dubar, C. (1997). **A socialização, Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. Tradução: Anete Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto Editora Ltda.

Durkheim, É. (1955). **Educação e sociologia**. Trad. Prof. Lourenço Filho. 4ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Freire, M. (2001). O que é um grupo? In Grossi, E. P. e Bordin, J. (orgs.). **Paixão de Aprender**. Petrópolis – RJ: Vozes.

Freire, P. (2011). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gouveia, V. V. (2013). **Teoria Funcionalista dos Valores Humanos**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

_____. (1998). La natureza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra intercultural. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Doutorado em Psicologia Social, Faculdade de Psicologia, Universidade Complutense de Madri, Madri, Espanha.

Libâneo, J. C. (1994). **Didática**. São Paulo: Cortez.

Malhotra, N. (2006). **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4ª Edição. Porto Alegre: Bookman.

Maroja, O. J. (1998). **Representações Sociais da criança sobre professoras**: O Reverso da Medalha. Tese de Doutorado, Educação: Representações Sociais, Natal, UFRN.

Mattar, F. N. (2001). **Pesquisa de Marketing**. Edição Compacta. 3ª Ed. São Paulo: Atlas.

MEC. (2007). **Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade/Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 84 p.

Morin, E. (2002). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez.

Neves, P. S. C. (org.) (2009). **Educação e cidadania**: questões contemporâneas. São Paulo: Cortez

Norbert, E. (1994). **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schroter. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Paro, V. H. (org.) (2006). **Ateoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez.

Ranieri, N. (2000). **Educação Básica, Direito e Estado**: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96). São Paulo: Edusp.

Ribeiro, L. T. F.; Marques, M. S.; Ribeiro, M. A. de P. (2003). **Ética em três dimensões**. 2ª Edição. Fortaleza: Brasil Tropical.

Rodrigues, M. M.; Vieira, A. G. (org.) (1999). **O Direito é aprender**. Brasília: MEC.

Rokeach, M. (1973). **The nature of human values**. New York: Free Press.

Ros, M.; Gouveia, V. V. (orgs.) (2006). **Psicologia social dos valores humanos**: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. São Paulo: Editora SENAC.

Salvador, C. C. (2000). **Psicologia do ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Samara, B. S.; Barros, J. C. (2002). **Pesquisa de Marketing**: conceitos e metodologia. 3ª Edição. São Paulo: Prentice Hall.

Schwartz, S. H.;Bardi, A. Value Hierarchies Across Cultures: Taking a Similarities Perspective, **Journal of Cross – Cultural Psychology**, 32, 268 – 290.

Schwartz, S. H. A theory of cultural values and some implications for work. *Applied Psychology: An International Review*, 48, 23 – 47.

Schwartz, S. H. (1992). Universal in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In Zanna, M. P. (Ed) *Advanced in experimental social psychology* (pp. 1 – 65).New York, NY: Academic Press.

Seabra, G. de F. (2001). **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: Editora da UNB.

Silva, S. A. I. (1995). **Valores em educação**. Petrópolis: Vozes.

Soares, S. G. (2006). **Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas estratégias de informação: otimismo exacerbado e lucidez pedagógica**. São Paulo: Cortez.

APÊNDICE

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o (a) Diretor (a).

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o (a) Diretor (a).

À

Diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marizelda Lira da Silva Ana Maria Sales da Silva.

Senhora diretora, solicitamos a Vossa Senhoria o consentimento para o desenvolvimento da pesquisa intitulada: *Análise da Socialização dos Valores Básicos Humanos veiculados entre alunos e professores em uma Escola Pública Municipal*, pela aluna mestranda Maria da Glória Silva Leite da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Esta pesquisa, sob a orientação da professora Dra. Maria Stella Aguiar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal, objetiva analisar a socialização dos valores básicos humanos veiculados entre professores e alunos no Ensino Fundamental, por meio da participação e convivência.

O estudo compreenderá a aplicação de questionários para os alunos desta escola do 6º ao 9º ano de escolaridade, como também reuniões com a supervisão e com os professores das disciplinas específicas.

Os questionários serão aplicados em horário vago de aula, de modo a não comprometer o caminhar dos trabalhos acadêmicos. Esclarecemos que os dados e resultados da pesquisa são confidenciais e suas identidades não serão reveladas. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação.

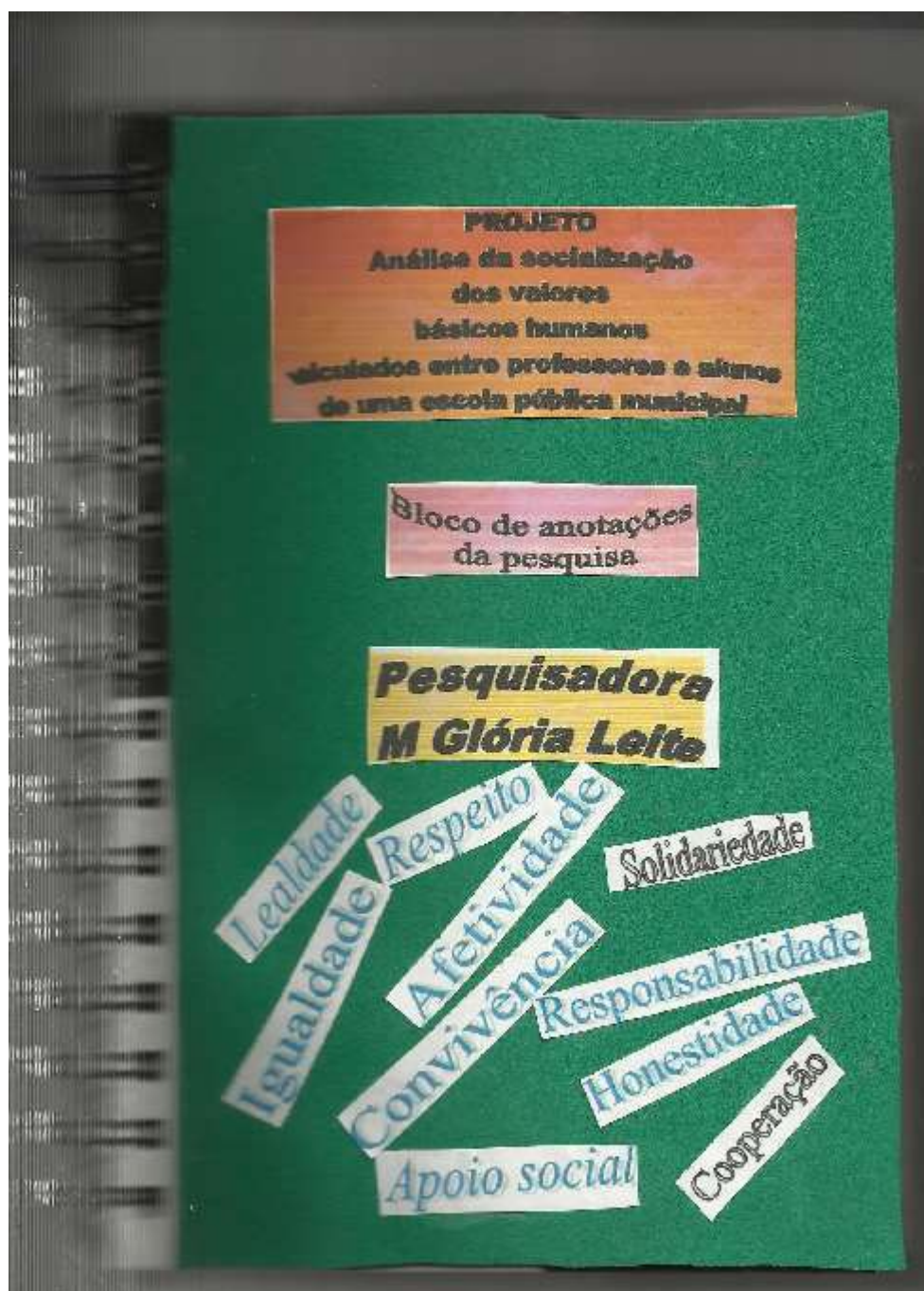
Convidamos sua instituição para participar da presente pesquisa. Neste sentido, solicitamos sua colaboração autorizando a participação dos alunos e professores neste estudo.

Solicitamos também, sua autorização para a pesquisadora acompanhar o dia a dia dos alunos em sala de aula ou não, a fim de registro para a escrita do trabalho.

Cabedelo/PB 2013


Maria da Glória Silva Leite
Pesquisadora

Apêndice – Bloco de Anotações da Pesquisa.



Apêndice C - QUESTIONÁRIO SOBRE VALORES BÁSICOS HUMANOS

As informações serão utilizadas para pesquisa e elaboração de Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Responsável: Maria da Glória Silva Leite, mestranda em Ciências da Educação na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal.

A autora se compromete a manter a confidencialidade dos dados apresentados neste questionário e garante que os mesmos serão utilizados exclusivamente no âmbito do estudo acima assinalado.

Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, indique assinalando com um X ao lado de cada valor o grau de importância que este tem como um princípio que guia sua vida e que você observa veiculados na sua escola.

Sem Importância	Menos Importante	Muito Importante
(1)	(2)	(3)

VALORES BÁSICOS HUMANOS	CLASSIFICAÇÃO		
IGUALDADE – dar as mesmas oportunidades a todas as pessoas, sem distinção de raça, cor e gênero.			
AFETIVIDADE – ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.			
CONVIVÊNCIA – conviver diariamente com familiares e vizinhos; fazer parte de grupos sociais e culturais.			
HONESTIDADE – qualidade do caráter de uma pessoa. Ser digno de confiança.			
RESPONSABILIDADE – compromisso mediante as suas obrigações. Capacitado a justificar os seus atos.			
APOIO SOCIAL – obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.			
RESPEITO – reconhecimento do valor próprio e dos direitos dos indivíduos e da sociedade.			

LEALDADE – sentimento de gratidão entre as pessoas. Relação importante para manutenção da sobrevivência.			
OBEDIÊNCIA – atitude responsável de participação e colaboração, convivendo com as normas determinadas pelo grupo em que vive.			
COOPERAÇÃO – interação social onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos.			

ANEXOS

Anexo A– Autorização para desenvolvimento da pesquisa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - PARAÍBA**

Escola Municipal de Ensino Fundamental Marizelda Lira da Silva
 Rua Emani Siqueira s/n – Jardim Brasília – Cabedelo – Paraíba – Telefone: (83) 3250-3337

AUTORIZAÇÃO

Fui, Ana Maria Sales da Silva abaixo assinado, responsável pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Marizelda Lira da Silva, autorizo a realização da pesquisa científica intitulada *Análise da Socialização dos Valores Básicos Humanos veiculados entre alunos e professores em uma Escola Pública Municipal*, a ser conduzida pela pesquisadora Maria da Glória Silva Leite, sob a orientação da Professora Dra. Maria Stella Aguiar da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal.

Fui informada pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como co-participante da presente estudo e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento desta pesquisa. A pesquisadora terá livre acesso a esta instituição de ensino e a documentos que se fizer necessário ao estudo.

Cabedelo/PB - 2013

E.M. Marizelda Lira da Silva
Ana Maria Sales da Silva
 Ana Maria Sales da Silva
 Gestora Matr: 01331-5
Ana Maria Sales da Silva
 Diretora

Anexo B – Relato de Aluna.

Relato de W. S.

Tenho 14 anos, estudo no sétimo ano. Moro perto da escola. Minha mãe não tem outra opção de escola, estudo nesta escola desde o sexto ano.

A professora Glória pediu pra que a gente escrevesse sobre a escola, o que a gente gosta e o que está acontecendo. Disse que não precisa do nome.

A escola é muito bagunçada. Os alunos brigam, não respeitam os professores, quebram as cartilhas, a porta da sala de aula e jogam lixo no pátio. Os frutos da merenda jogam do outro lado da muralha da escola. Também quebram a lixeira e jogam lixo no chão. Os cadernos, os lápis e livros são roubados e danificados. Os professores gritam durante as aulas, não entendendo o que eles falam e, às vezes deixam a sala de aula por causa do barulho.

Não faço desta escola porque fica próximo da minha casa e todos os meus amigos também estudam aqui. Não gosto de estudar, mas por obrigação a cumprir nesta situação. A escola merece algo melhor. É espaçosa e as pessoas que trabalham aqui são legais.

Anexo C – Relato de Aluno

Relato de A.L.S

tenho 17 anos, estou no 9º ano, sei que estou atrasado, mas, vou terminar o fundamental. Preciso trabalhar pra ajudar minha mãe e meus irmãos. Meu pai está na penitenciária da capital e minha mãe cata latinhas e eu também.

Nossa casa é de madeira e fica no mangue. Meu bairro é Jardim Mangueiras, muito violento.

Na minha escola tem muitos conflitos, nós alunos brigamos e não respeitamos os professores e nem a diretora.

Faço parte da turma da bagunça, entupimos os cadeados e quebramos as portas das salas e dos banheiros, também jogamos os pratos da merenda no lixo.

Para que estudar não tem emprego bom. Vou trabalhar de ajudante de feitor.

Me culpando de fazer bagunça na escola, mas todos os alunos fazem, até as meninas entram na farda.

Pego desculpas a diretora por eu ser mal comportado. Vou me comportar.

Relato D Aluna após estudos com Valores Básicos Humanos

Relato de W.S.

Tenho 15 anos e estudo no nono ano. Há algum tempo atrás relatar o que estava acontecendo nesta escola e que eu não estava gostando, não ia porque é perto de casa.

Volto a escrever para dizer que depois que a professora Glória começou a falar de valores por todos os cantos desta escola, houve uma grande mudança pra melhor.

Ela falou de respeito, de responsabilidade, de cooperação, de honestidade e de tantas e tantas coisas que deu uma viravolta no comportamento de todos.

Cantamos o Hino Nacional, amamos e estudamos. Respeitamos as diferenças um dos outros. Não se quebra mais as portas e palavras é difícil.

Eu que sou quieto muito, passei a participar das atividades, de ajudar os colegas e não responder grossa. Pelamente a meus pais, quando quero sair pra passear e eles não deixam. Hoje vivemos em paz na escola.

Abriremos o celular na entrada das aulas e pegamos na pasta. E tem mais, cada um pegou o seu.

Só tenho que agradecer a todos da escola e ao projeto valores da professora Glória que ajudou a gente a pensar e melhorar muito na escola.

Anexo E – Relatos de Professoras.

O olhar dos professores mediante atividades com valores na escola

Relato 1

Sou a professora Margarida Maria Sales de Araújo da escola na qual este projeto foi desenvolvido e, de forma socializada estamos felizes em podermos participar de atividades que contribuíram para reflexão acerca da responsabilidade social que todos nós educadores temos com a formação destes adolescentes. Ouvimos falar de valores humanos, mas ainda não havíamos despertado para um trabalho tão desafiador.

Trabalhamos com uma clientela carente, desprovida de acesso aos conhecimentos atualizados oferecidos no contexto social, trazem para a escola a bagagem cultural e social adquirida no seu dia a dia na comunidade onde moram.

Traçamos metas, estimulando o processo do ensino e aprendizagem através de mecanismos sócio educativos motivando os alunos, a família a participarem das atividades oferecidas pela escola numa perspectiva ética e cidadã.

Apropriando-nos dos objetivos da pesquisa apresentada e de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, no que diz respeito à temática Pluralidade Cultural contemplando os princípios de Igualdade, Liberdade, Tolerância, destacando que as pessoas são diferentes, mas que cada uma possui sua identidade e carrega consigo uma história de vida.

Diante dessa realidade a primeira atitude a ser tomada foi a proibição do uso do celular em sala de aula. Houvera recusas, desaprovação até mesmo por alguns pais, mas com perseverança obtivemos êxito. Outra ação desafiadora foi a inclusão do Hino Nacional brasileiro, cantado duas vezes por semana por todos da escola, numa atitude de resgate do civismo e da consciência cidadã.

No sentido de analisar o processo educativo na vida diária de todos que fazem a escola, considerando a veiculação dos valores humanos, o problema maior encontrado estava na ausência de solidariedade humana. Com essa descoberta

mediatista iniciaram-se atividades com estratégias e técnicas educativas que permitissem redirecionar o pensamento e as ações do Projeto Político Pedagógico e consequentemente nos planos de atividades dos docentes.

Na observância da prática do “muito obrigado (a)”, “dá licença” “por favor”, internalizando-se no cotidiano da escola, tornou-se visível mudanças de comportamentos entre todos da escola.

As relações afetivas que o aluno estabelece com os colegas e professores são de grande valor na educação, pois a afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida. Nesse sentido aumenta a consciência dos afetivos para a educação, considerando a possibilidade de trabalhar um currículo eivado de afeto para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, melhorando o desempenho da comunidade escolar e, principalmente, na sala de aula, o conhecimento intelectual e de assuntos que estimulem o educando ao autoconhecimento, a criatividade e a sensibilidade.

Iniciavam-se também as produções de cartazes e faixas demonstrando os valores básicos humanos essenciais a convivência e expostos nas dependências da escola. Os desfiles cívicos contemplaram os desafios enfrentados pela comunidade escolar no resgate desses valores.

Nas reuniões a família era informada das mudanças que estavam acontecendo, muitos pais elogiaram o nosso trabalho.

Relato 2

Sou professora de História na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marizelda Lira da Silva do 6º ao 9º ano. Analisando as relações interpessoais dos alunos e professores antes e depois da implantação do projeto, algumas linhas tenho o privilégio de escrever.

Antes da implantação da política de valores, tomamos por base o ano de 2013, no qual a convivência entre os alunos e destes com os educadores podia ser conceituada como: complicada, imensamente difícil, o clima era tenso, faltava respeito, tolerância e solidariedade.

A falta destes valores gerava uma situação caótica em sala de aula e a indisciplina atrapalhava o bom desempenho das atividades prejudicando o trabalho docente e o rendimento dos alunos mais comprometidos com a aprendizagem.

Professores recebiam ameaças de morte, os pais dos melhores alunos pediam a transferência dos filhos, de modo que a escola ia ficando com o corpo discente cada vez mais difícil. Pode-se dizer que era praticamente impossível ministrar aulas.

A partir da implantação da política de resgate dos valores básicos humanos em 2013, que é um grande projeto, em torno do qual foram desenvolvidos subprojetos, objetivando sempre uma educação cidadã.

A equipe docente, discentes e demais funcionários da escola, apoiou a professora Gloria e passou-se a desenvolver vários trabalhos focados no valor da boa convivência, da solidariedade, visando melhorar a interação dos educandos.

Data daí a formação do Coral “O Canto do Mangue”, os momentos de espiritualidade e civismo, que acontecem duas vezes por semana, a formação de grupos de teatro, de cordelistas e de dança e também aulas de músicas e de culinária.

O resultado deste grande projeto foi a mudança significativa no comportamento dos alunos. Nada foi fácil, fomos subindo degraus a passos miúdos, escorregando aqui e ali, mas com decisão e coragem de recomeçar, reinventar apoiando-nos uns nos outros seguimos caminhando, colhendo em meio às dificuldades. De vez em quando um resultado positivo, isto é, um objetivo alcançado, assim como quem colhe uma linda rosa que brotou entre os espinhos.

Atualmente os alunos interagem bem entre si e com os educadores, cantam o Hino Nacional, ministram a oração, se comovem,oram e choram por um colega que está passando por situação difícil. O conceito da escola também mudou positivamente, a comunidade percebeu que houve melhoramento no seu funcionamento como um todo e a demanda de matrículas também aumentaram.

Acredito que é preciso vivenciar situações, experiências as quais nos levem a pensar, refletir sobre a nossa prática de sala de aula, o nosso papel na construção de atitudes e valores, alem dos conhecimentos disciplinares.

Ivonete Coriolano Guedes Godoi

Relato 3

O presente relatório tem por finalidade apresentar o cotidiano dos alunos da Escola Municipal Marizelda Lira da Silva após o projeto de **Valores Básicos Humanos**, da professora Glória Leite.

Todos os dias os alunos são levados a considerarem valores humanistas e espirituais já despercebidos por todos da comunidade onde a escola está inserida.

Ao chegar à escola todos os alunos que portam celular deixa com o funcionário ainda no portão e só recebe no final da aula, esta prática é inacreditável para muitos, pois cada aluno (a) pega apenas o seu celular. Não havendo histórico de roubo ou engano.

O primeiro e o último dia da semana letiva iniciam com Oração e a execução do Hino Nacional, onde se aproveita o momento para reflexão sobre outros valores como o respeito ao próximo, a paz, a solidariedade e o mais importante o amor para uns com os outros, Elevando desta forma a cultura de paz no ambiente escolar, e ressaltando as regras de uma boa convivência.

O trabalho desenvolvido com o corpo docente e demais funcionários da escola, foi de formação buscando um conhecimento mais aprofundado dos **Valores básicos humanos**, sendo levados pela professora Glória Leite a conhecer “Os Pilares da Educação fundamentada em valores humanos”

Aprender a conhecer
, Aprender a fazer
, Aprender a viver juntos
e Aprender a ser

A partir da do estudo continuo sobre valores humanos, os professores passaram a ser promotores da autoestima, assim como a autoconsciência nos alunos.

O resultado desse projeto é o baixo índice de reprovação e evasão, além de nenhum indicador de violência dentro da escola.

O trabalho de todos é desenvolvido em equipe.

Kátia Falcão - Supervisora

Relato 4

Sou professora Maria Celestina da escola na qual este projeto foi desenvolvido e, de forma socializada estamos felizes em podermos participar de atividades que contribuíram para reflexão acerca da responsabilidade social que todos nós educadores temos com a formação destes adolescentes. Ouvimos falar de valores humanos, mas ainda não havíamos despertado para um trabalho tão desafiador.

Trabalhamos com uma clientela carente, desprovida de acesso aos conhecimentos atualizados oferecidos no contexto social, trazem para a escola a bagagem cultural e social adquirida no seu dia a dia na comunidade onde moram.

Traçamos metas, estimulando o processo do ensino e aprendizagem através de mecanismos sócio educativo motivando os alunos, a família a participarem das atividades oferecidas pela escola numa perspectiva ética e cidadã.

Apropriando-nos dos objetivos da pesquisa apresentada e de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, no que diz respeito à temática Pluralidade Cultural contemplando os princípios de Igualdade, Liberdade, Tolerância, destacando que as pessoas são diferentes, mas que cada uma possui sua identidade e carrega consigo uma história de vida.

Diante dessa realidade a primeira atitude a ser tomada foi a proibição do uso do celular em sala de aula. Houvera recusas, desaprovação até mesmo por alguns pais, mas com perseverança obtivemos êxito. Outra ação desafiadora foi a inclusão do Hino Nacional brasileiro, cantado duas vezes por semana por todos da escola, numa atitude de resgate do civismo e da consciência cidadã.

No sentido de analisar o processo educativo na vida diária de todos que fazem a escola, considerando a veiculação dos valores humanos, o problema maior encontrado estava na ausência de solidariedade humana. Com essa descoberta mediatista iniciaram-se atividades com estratégias e técnicas educativas que permitissem redirecionar o pensamento e as ações do Projeto Político Pedagógico e consequentemente nos planos de atividades dos docentes.

Na observância da prática do “muito obrigado (a)”, “dá licença”, “por favor”, internalizando-se no cotidiano da escola, tornou-se visível mudanças de comportamentos entre todos da escola.

As relações afetivas que o aluno estabelece com os colegas e professores são de grande valor na educação, pois a afetividade constitui a base de todas as reações da pessoa diante da vida. Nesse sentido aumenta a consciência dos afetivos para a educação, considerando a possibilidade de trabalhar um currículo eivado de afeto para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, melhorando o desempenho da comunidade escolar e, principalmente, na sala de aula, o conhecimento intelectual e de assuntos que estimulem o educando ao autoconhecimento, a criatividade e a sensibilidade.

Iniciavam-se também as produções de cartazes e faixas demonstrando os valores básicos humanos essenciais a convivência e expostos nas dependências da escola. Os desfiles cívicos contemplaram os desafios enfrentados pela comunidade escolar no resgate desses valores.

Nas reuniões a família era informada das mudanças que estavam acontecendo, muitos pais elogiaram o nosso trabalho.